

EDITAL

Pregão Eletrônico nº 209/2025		Data de Abertura: 25/05/2026 às 09:00h www.gov.br/compras/pt-br	
Nº do PE no compras.gov.br: 912092025		UASG: 925302	Nº do Proc.: 15.000.000159.2024
Objeto: CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA VETERINÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO VETERINÁRIO			
Órgão Requisitante: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA - PMPB			
Valor Total Estimado: R\$ 657.270,00 (seiscentos e cinquenta e sete mil duzentos e setenta reais)			
PREGÃO ELETRÔNICO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA			
Registro de Preços?	Vistoria?	Amostra?	
NÃO	SIM	NÃO	
Exclusiva ME/EPP?	Cota Reservada ME/EPP?	Critério de Julgamento das Propostas?	
NÃO	NÃO	MENOR PREÇO	
Modo de Disputa: ABERTO-FECHADO		Critério de Aceitabilidade de Preços: UNITÁRIO DO ITEM	
<u>DESTAQUES</u>			
<p>ATENÇÃO! A prática de condutas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 poderá acarretar a instauração de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade para aplicação das sanções legais.</p> <p>A simples participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada por declaração com conteúdo falso (marcação de opção no sistema), pode configurar fraude à licitação e ensejar a aplicação das penalidades da lei. Não é necessário, para a configuração do ilícito, que a autora obtenha a vantagem esperada.</p> <p>No procedimento licitatório em tela, o lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO do item.</p> <p>Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações da(o) Pregoeira(o), a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.</p>			



EDITAL

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, por intermédio da Central de Compras, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados na capa deste instrumento convocatório, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação encontra-se descrito na capa do Edital e deverá ser fornecido conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, atendendo a tudo que estiver disposto no Termo de Referência.
- 1.2. A licitação será realizada em único item, conforme tabela constante no anexo I do Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.1.2. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
- 2.1.3. Será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, nos termos e condições descritos no art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 2.5.1. Nos itens cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte não será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

Página 2 de 26



SADDIN202621697

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, especialmente os sócios da licitante, nos termos do art. 1º, inc. III, da Lei Estadual nº 8.124/2006 (alt. pela Lei nº 10.272/2014);
- 2.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



- 2.11. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.13. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento



favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- 3.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 3.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 3.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 3.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 3.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 3.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 3.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 3.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 3.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 3.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 3.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor UNITÁRIO MENSAL do item, com apenas 02 (duas) casas decimais;
- 4.1.1.1. Caso o licitante informe preços com número de casas decimais superior a 02 (dois) dígitos, a(o) Pregoeira(o) dar-se-á o direito de adequação dos preços, de acordo com o estabelecido no item 4.1.1, cujos arredondamentos dar-se-ão para baixo, tanto para preços unitários quanto para preços totais;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas aplicáveis ao Estado da Paraíba, ou preço máximo estabelecido no Termo de Referência, se for o caso, quando participarem de licitações públicas;
- 4.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Anexo I do Termo de Referência;
- 4.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71 da Constituição Federal e/ou Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.13. Após a fase de lances, quando solicitado pela(o) Pregoeira(o), o licitante mais bem classificado deverá enviar a proposta adequada ao último lance ofertado.
- 4.14. As especificações dos itens do Anexo I do Termo de Referência, anexo deste Edital em nenhum momento serão substituídas pelas descrições resumidas, constantes na Relação de Itens divulgada no site www.gov.br/compras. Em caso de divergência nas especificações dos itens, prevalecerão as do Anexo I do Termo de Referência.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados na capa deste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a(o) Pregoeira(o) e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO MENSAL do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.10.6. Poderá a(o) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.
- 5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.14. No caso de desconexão com a(o) Pregoeira(o), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a(o) Pregoeira(o) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela(o) Pregoeira(o) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita



Federal, do porte da entidade empresarial caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- 5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.17.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.17.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
 - 5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
 - 5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;
 - 5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
 - 5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado da Paraíba;
 - 5.18.2.2. empresas brasileiras;
 - 5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.18.3. Permanecendo o empate após a aplicação de todos os critérios de desempate previstos em lei, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado por meio da funcionalidade do sistema Compras.gov.br.

5.18.3.1. Na impossibilidade de realização do sorteio pelo sistema do compras.gov.br, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Encerrada a etapa de lances, a(o) Pregoeira(o) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União
(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>)
;

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União
(<https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/cnep>);

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU
(https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:14831188675546:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO)
;

6.1.6. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB (<http://www.cge.pb.gov.br/site/imagens/gsc/cafil-pb.pdf>);

6.1.6.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 6.1.2.; 6.1.3.; 6.1.4. e 6.1.5. acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.3. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

6.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).



- 6.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 6.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a(o) Pregoeira(o) verificará se faz jus ao benefício aplicado.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 08 de novembro de 2023.

7. DA PROPOSTA ADEQUADA

- 7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a(o) Pregoeira(o) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.5. A(o) Pregoeira(o) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.5.1. A "Convocação do anexo" poderá ser aberta para apenas 1 (um) dos itens contemplados pela licitante, porém caso a licitante seja vencedora de mais de 1 (um) item, esta poderá formular proposta única discriminando todos os itens arrematados e não apenas o item informado pelo sistema eletrônico.
- 7.6. É facultado a(o) Pregoeira(o) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.7. Além das informações exigidas no item 4 e subitens, a proposta de preços final do licitante mais bem classificado deverá atender aos seguintes requisitos:
- 7.7.1. ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.
- 7.7.2. conter as especificações do objeto de forma clara e precisa, observadas as especificações constantes do Termo de Referência;
- 7.7.2.1. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;
- 7.7.3. conter razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, e cargo na empresa;
- 7.7.4. conter indicação do banco, número da agência e conta do licitante, para fins de pagamento.



- 7.7.5. conter declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;
- 7.7.5.1. Se a Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), for OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, declarar a opção e apresentar a comprovação de que faz jus ao tratamento tributário favorecido;
- 7.7.6. Declaração de que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 7.7.7. conter a informação da alíquota de ISS e/ou ICMS, de acordo com a norma tributária vigente no local da licitação, aplicável ao objeto do certame. No caso de não incidência de ISS e/ou ICMS o licitante deverá informar na proposta, o dispositivo legal ou comprovação que vislumbra pertinente, que subsidie a sua alegação de não incidência do respectivo imposto;
- 7.7.8. No caso da incidência de ICMS:
- 7.7.8.1. Para empresa localizada em outra unidade da federação, em obediência ao Decreto Estadual nº 20.210/98, informar os valores propostos com a alíquota vigente em seu Estado e os valores propostos acrescidos da diferença de alíquota.
- 7.7.8.2. Tratando-se de produtos e/ou empresas isentos de ICMS ou com diferenciação de alíquota, informar o dispositivo legal que comprove tal benefício;
- 7.7.8.3. Na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, a isenção do ICMS fica condicionada à comprovação de inexistência de similar produzido no país, que será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo da mercadoria ou do bem com abrangência em todo o território nacional;
- 7.8. A(o) pregoeira(o) realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.
- 7.9. A(o) pregoeira(o) concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa SEAD Nº 005/2023.
- 7.10. Para o correto dimensionamento da proposta, o licitante deverá atentar-se a todo o conteúdo do Termo de Referência, anexo a este Edital.
- 7.11. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 8.1. Após a negociação do preço, a(o) Pregoeira(o) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 8.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.2.1. contiver vícios insanáveis;
- 8.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



- 8.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.3.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência da(o) Pregoeira(o), que comprove:
- 8.3.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.3.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.5. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 8.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.6.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e/ou SIREF/PB (Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação - CECH), nos documentos por ele abrangidos.
- 9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



- 9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.3. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 9.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digital.
- 9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.9. Conforme previsão expressa nos itens 4.9 a 4.13 do Termo de Referência, e considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 9.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail 2ciaboep@gmail.com ou do telefone (83) 98707-6398, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 9.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF e/ou SIREF/PB, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).



- 9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 9.12. A verificação pela(o) Pregoeira(o), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da(o) Pregoeira(o).
- 9.13. A verificação no SICAF e/ou SIREF/PB ou a exigência dos documentos nele(s) não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e Instrução Normativa SEAD nº 005, de 2023, art. 39, §4º):
- 9.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.
- 9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 9.19. Os documentos a seguir serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021:



9.19.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

- 9.19.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.19.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.19.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.19.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.19.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.19.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.19.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 9.19.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.19.1.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.19.1.10. Agricultor familiar: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF, válido; ou Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP, ativa; ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA, nos termos do art. 2º, §3º do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.
- 9.19.1.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 9.19.1.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.19.2. Relativos à Regularidade fiscal, social e trabalhista

- 9.19.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



9.19.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.19.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.19.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

9.19.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.19.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.19.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), devidamente registrados na junta comercial ou no órgão competente, na forma da lei, comprovando:

9.19.3.3.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.19.3.3.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.19.3.3.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.19.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.



9.19.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.19.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.19.4. Relativos à Qualificação Técnica:

9.19.4.1. As exigências relativas à Qualificação Técnica encontram-se elencadas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

9.19.5. Disposições gerais sobre habilitação

9.19.5.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.19.5.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.19.5.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.19.5.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.19.5.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.19.6. Havendo a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

a. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

b. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

c. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

d. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

e. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

f. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:



- f.1. ata de fundação;
 - f.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - f.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - f.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - f.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
 - f.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.19.7. Documentos Complementares:

a. DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO, CONFORME MODELO ANEXO A ESTE EDITAL

9.19.8. Havendo a participação de consórcio, será exigida a seguinte documentação complementar:

- a. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- b. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- c. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:
 - c.1. Designação do consórcio e sua composição;
 - c.2. Finalidade do consórcio;
 - c.3 Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
 - c.4 Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
 - c.5. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas
 - c.6. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase do procedimento de dispensa eletrônica quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
 - c.7. Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na dispensa eletrônica e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
 - c.8. Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem;
- d. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.



e. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

f. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela(o) Pregoeira(o) durante o certame;



11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba;

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto



- 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
- 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 2023.
- 11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



- 11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 11.15. A aplicação das sanções de que tratam os itens 11.7. e 11.8. importará na inclusão do licitante/contratado no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado da Paraíba - CAFIL/PB.
- 11.16. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 11.16.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou requerer esclarecimentos acerca deste Edital e seus anexos por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A decisão de impugnação ou resposta ao pedido de esclarecimentos será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail gelic11@centraldecompras.pb.gov.br.
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.
- 12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DO CONTRATO

- 13.1. Encerrado o procedimento licitatório, o processo será encaminhado à POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA - PMPB, para a elaboração do respectivo Termo de Contrato, se for o caso, conforme minuta em anexo, cujo adjudicatário será convocado para assinatura do contrato e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, desde que obedecidas todas as exigências estabelecidas neste Edital, e de conformidade com a proposta aceita, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 13.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 13.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de



processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

- 13.1.3. Será admitida a assinatura digital, por pessoa física ou jurídica, em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- 13.1.4. Se o licitante vencedor, convocado regularmente, não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 13.1.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 13.1.5.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 13.1.5.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 13.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 13.2.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 13.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
- 13.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 13.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 13.4. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 13.4.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.
- 13.5. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), bem como consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.
- 13.6. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato ou da retirada da Nota de Empenho, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.



14. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

- 14.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização e gestão do contrato estão previstos no Termo de Referência, anexo deste Edital.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. A(o) Pregoeira(o) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, conforme previsão do art. 41, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.
- 15.2. A(o) Pregoeira(o) poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada no relatório de julgamento e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação, conforme previsão do art. 42, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.
- 15.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os itens acima, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no relatório de julgamento, conforme previsão do art. 43, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.
- 15.4. Será divulgado relatório de julgamento da sessão pública no sistema eletrônico.
- 15.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela(o) Pregoeira(o).
- 15.6. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 15.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br/.



15.14. O resultado desta licitação será divulgado nos sítios eletrônicos: www.centraldecompras.pb.gov.br e www.gov.br/compras.

15.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.15.1. ANEXO I - Termo de Referência

15.15.1.1. Anexo I do Termo de Referência – Tabela de itens a serem licitados se seus respectivos quantitativos

15.15.1.2. Anexo II do Termo de Referência – Lista de procedimentos a serem executados

15.15.1.3. Anexo III do Termo de Referência – Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

15.15.1.4. Anexo IV do Termo de Referência – Declaração de vistoria e renúncia

15.15.1.5. Anexo V do Termo de Referência – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preço

15.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

15.15.3. ANEXO III – Modelo da proposta de preços

15.15.4. ANEXO IV - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco

15.15.5. ANEXO V - Modelo de declaração de enquadramento como ME – EPP

15.15.6. ANEXO VI - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preço Simplificada

15.15.7. Apêndice do TR – Estudo Técnico Preliminar

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Wanessa Maria de Paula da Silva Viana
Responsável pela Elaboração do Edital

Jéssica Cecília de Albuquerque Araújo
Responsável pela Revisão do Edital



TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

PROCESSO Nº 15.000.000159.2024

ÓRGÃO PARTICIPANTE: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Clínica Veterinária para prestação de serviço de atendimento Médico Veterinário, nos termos da tabela constante no anexo I deste termo de referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que se enquadram no conceito definido no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses, contados da publicação do Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista se tratar de uma atividade essencial e permanente que visa assegurar a saúde, o bem-estar e a capacidade operacional dos cães do canil da PMPB. A continuidade desse serviço é necessária para garantir a manutenção constante dos animais, envolvendo serviços de saúde preventiva, curativa e emergencial, que não podem ser interrompidos sem prejuízo às atividades operacionais da unidade. Além disso, a vigência plurianual é mais vantajosa, pois permite um planejamento financeiro e administrativo eficiente, evitando a descontinuidade dos serviços., sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A utilização dos produtos para a prestação destes serviços deverá estar em conformidade com as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como, com as demais legislações vigentes, notadamente no que se refere às exigências relativas aos critérios de sustentabilidade ambiental;

4.1.2. Os materiais empregados nos produtos utilizados deverão priorizar a redução de impacto ambiental, podendo ser exigido do fornecedor a comprovação de que os produtos por ele utilizados:

a. Tenham, quando disponíveis no mercado, embalagens recicláveis, reutilizáveis e/ou biodegradáveis

b. Priorizem, quando possível, o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

c. Utilizem materiais e bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDES).

4.1.3. A comprovação de que trata o item 4.1.2., caso exigido pela Contratante, poderá ser feita através da apresentação de licença ou certificado de conformidade ambiental, emitida por órgão executivo de fiscalização ambiental, em quaisquer das esferas (municipal, estadual ou federal) ou por instituição credenciada, ou ainda por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do Edital e seus anexos;

4.1.4. O estabelecimento deve ter Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), conforme Resolução CFMV 1.275/2019;

4.1.5. Garantir o recolhimento de resíduos hospitalares conforme Resolução CFMV nº 1.015/2012;

Da exigência de carta de solidariedade

4.2. Não haverá exigência de carta de solidariedade.

Subcontratação

4.3. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50 % (Cinquenta) por cento do valor total do contrato nas seguintes condições:

4.3.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em:

4.3.1.1. Consultas;





- 4.3.1.2. Procedimentos cirúrgicos e ambulatoriais;
- 4.3.1.3. Aplicação de medicamentos e suplementos prescritos
- 4.3.2. A subcontratação fica limitada a:
- 4.3.2.1. SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS dos materiais coletados, realização de ELETROCARDIOGRAMA, ECOCARDIOGRAMA, ULTRASSONOGRAFIA e RADIOGRAFIA, caso a clínica não possua em suas instalações estes serviços;
- 4.3.2.2. Serviços de tratamento odontológico para o cão.
- 4.4. O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- 4.5. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a Subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 4.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas seguintes razões: A **não exigência da garantia de execução** para a contratação de serviços veterinários destinados ao canil da PMPB justifica-se pela **natureza continuada e essencial** do serviço, bem como pelo baixo risco de inadimplemento, considerando o **perfil técnico especializado** das empresas habilitadas. De acordo com o **art. 96 da Lei nº 14.133/2021**, a Administração pode dispensar a exigência da garantia de execução quando o **risco de inexecução for considerado baixo**. No caso em questão, os serviços prestados (consultas, atendimentos clínicos, procedimentos e fornecimento de medicamentos) possuem **caráter rotineiro e previsível**, não demandando investimentos de grande vulto ou operações de alta complexidade que justifiquem a exigência dessa garantia. Além disso, a obrigatoriedade de comprovação de **qualificação técnica** na fase de habilitação assegura que a contratada possui **capacidade plena** para prestar os serviços demandados, mitigando os riscos de inexecução. Por fim, a dispensa da garantia também visa **evitar custos adicionais** para a contratada, promovendo maior economicidade e **ampla participação** no certame, sem prejuízo ao cumprimento das obrigações contratuais.

Vistoria

4.9. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, no



horário de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas, podendo ser agendado através do 2ciabope@gmail.com ou telefone (83) 98707-6398.

4.9.1. O endereço para a vistoria é: CIPCães, sediado na Rua Augusto José Couto de Farias, s/n, bairro Cambinha II, Cabedelo-PB

4.10. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.11. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.12. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.13. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias a partir da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP;

5.1.2. Poderão ser executados no Canil localizado nas instalações da CIPCães, nos endereços indicados neste Termo de Referência, de acordo com os itens, ou na empresa a ser contratada, neste último caso, quando levado pelo servidor:

5.1.2.1. Em casos de emergência, o militar lotado na CIPCães deverá acionar a clínica via contato telefônico, e o atendimento deverá ser iniciado em, no máximo, 30 (trinta) minutos após o primeiro contato.

5.1.2.2. Em casos de urgência, o militar lotado na CIPCães deverá acionar a clínica via contato telefônico, e o atendimento deverá ser iniciado em, no máximo, 02 horas após o primeiro contato

5.1.2.3. Em casos de tratamentos vacinais, o médico veterinário da CIPCães deverá agendar via contato telefônico e/ou através de e-mail com a clínica, em, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas antes do atendimento;

5.1.2.4. A periodicidade dos demais serviços é condicionada à requisição do médico veterinário da CIPCães via contato telefônico e/ou através de e-mail com a clínica, em no mínimo 72 (setenta e duas) horas antes do atendimento.

5.1.3. Os serviços deverão ser prestados em conformidade com os acionamentos / solicitações das unidades pertencentes à CIPCães;

5.1.4. Os cães policiais deverão ter atendimento prioritário, tendo em vista o seu treinamento e sua natureza, a fim de evitar acidentes com outros cães que estejam na clínica;

5.1.5. Após a finalização de cada atendimento, a clínica veterinária deverá fornecer documento demonstrativo e/ou prontuário assinado pelo médico



veterinário, contendo todos os serviços e materiais utilizados para a conclusão do atendimento; e até o dia 05 de cada mês fornecer relatório completo do mês anterior, contendo as especificações de serviço a cada cão, a fim de ser usado como marco de recebimento definitivo;

5.1.6. Descrição e forma de prestação dos serviços: os serviços somente serão pagos quando efetivamente utilizados, observados os valores finais e especialmente os estabelecidos individualmente na planilha de formação de custos da proposta vencedora

5.1.7. Os serviços devem incluir:

5.1.7.1. Assistência Veterinária e Emergencial 24hs de segunda a domingo, inclusive feriados, sob exclusiva responsabilidade da clínica veterinária licitante e mediante prévia autorização da fiscalização do contrato;

5.1.7.2. Procedimento e aplicação de medicamentos conforme descritos no anexo II deste Termo de Referência.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Na CIPCães, sediado na Rua Augusto José Couto de Farias, s/n, bairro Cambonha II, Cabedelo-PB ou na unidade de clínica veterinária vencedora do Item 1 para o Pelotão do Canil sediado em Cabedelo - *Assistência Veterinária e Emergencial 24hs de segunda a domingo, inclusive feriados*

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução contratual observará as rotinas:

5.3.1. Assistência médico-veterinária integral, contínua, disponível 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana, inclusive domingos e feriados.

5.3.2. Após a finalização de cada atendimento, a clínica veterinária deverá fornecer documento demonstrativo e/ou prontuário assinado pelo médico veterinário, contendo todos os serviços e materiais utilizados para a conclusão do atendimento:

5.3.3. Até o dia 05 de cada mês fornecer relatório completo do mês anterior, contendo as especificações de serviço a cada cão;

5.3.4. A CONTRATADA deverá emitir relatório mensal de todos os serviços executados;

5.3.5. A CONTRATADA deverá atender ao contratante todas as vezes que for solicitada, e com a urgência que o caso requeira;

5.3.6. A CONTRATADA terá responsabilidade técnica perante os órgãos fiscalizadores, bem como perante as instâncias judiciais

5.3.7. CONTRATADA deverá possuir todos os equipamentos que possibilitem a execução dos procedimentos descritos nas especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

5.3.8. O pronto atendimento em caso de chamada de emergência deverá ocorrer de acordo com o item 5.1. Inclui a gestão e o acompanhamento das internações e aplicações de medicamentos.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:



5.4.1. Para a perfeita execução dos serviços veterinários, o fornecimento de vacinas, vermífugos, dentre outros medicamentos de controle e ectoparasitas, além de vitaminas deverão ser disponibilizados pela Contratada quando da solicitação dos específicos serviços de aplicação de medicamentos. Os materiais necessários à execução dos serviços encontram-se relacionados no Anexo II deste Termo de Referência.

5.4.2. Os procedimentos incluídos na prestação do serviço são os constantes no anexo II deste Termo de Referência.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. A proposta por item deve ser dada em valor total, porém deve conter lista com a cotação individual de todos os serviços e materiais;

5.5.2. Na execução dos serviços a empresa deverá primar pela eficiência e utilização de técnicas atuais, levando em consideração o bem-estar animal e resoluções do CFMV (Conselho Federal de Medicina Veterinária), notadamente o Código de Ética do Médico Veterinário - Resolução n.º 722, de 16 de agosto de 2002.

5.5.3. As clínicas veterinárias que se candidatem devem ter ciência de que a cotação é feita em cima de previsão de necessidade, mas que só serão pagos os valores referentes ao que for consumido como serviço.

5.5.4. Para os serviços de aplicação de medicamentos, **CONSTANTE NO ANEXO II**, vacinas, suplementos e antiparasitários, o dimensionamento da proposta deverá incluir todos os custos envolvidos, abrangendo tanto os insumos necessários à execução do serviço (como algodão, materiais esterilizantes, agulhas, seringas, luvas, entre outros) quanto o próprio produto a ser aplicado (medicamento, suplemento, vacina ou antiparasitário).

5.5.4.1. **ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS POR VIA PARENTERAL E APLICAÇÃO DE VACINAS:** compreende medicamento aplicado (um ou mais fármacos), a higienização do paciente (álcool, iodo e seus derivados, clorexidine etc.), assim como os insumos hospitalares como seringas, luvas de procedimentos, agulhas, cateteres, algodão, gaze, esparadrapos entre outros necessários a este procedimento.

5.5.4.2. Considera-se: “aplicação simples” a administração de um único fármaco por via injetável. Os medicamentos de uso único(ampolas) devem ser descartados após a sua utilização.

5.5.4.3. **ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS POR VIA ORAL:** compreende os comprimidos ou soluções orais eventualmente receitadas.

5.5.4.4. **FLUIDOTERAPIA:** compreende a tricotomia e higienização do local de punção (álcool, iodo e seus derivados, clorexidine etc.), os diferentes tipos de fluidos (sol. fisiológica, ringer, ringer lactato, glicofisiológico entre outros) assim como seringas, luvas de procedimentos, agulhas, cateteres, equipos, algodão, gaze, esparadrapos, entre outros, inerentes ao procedimento.

5.5.5. A clínica veterinária deve se candidatar para cada item específico de acordo com sua localização, tendo em vista que só serão aceitas propostas de clínicas que fiquem a até 50 (cinquenta) KM de cada sede/item, conforme especificado em Estudo Técnico Preliminar.



Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período a ser informado pelo Gestor e fiscal do contrato.

6.7.1. A exigência do preposto no local da execução dos serviços se justifica para acompanhar e garantir a execução adequada dos serviços veterinários, assegurando o atendimento eficiente às demandas, a aplicação correta dos insumos e medicamentos, e a pronta resolução de eventuais intercorrências durante a prestação dos serviços.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.



Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI);

6.11. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, II);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, III);

6.13. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, V);

6.15. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VII).

6.16. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, I e II).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, IV).

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.18.1. A fiscalização dos contratos deve avaliar constantemente através do INSTRUMENTO MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR), conforme ANEXO III, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.18.2. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.18.3. O fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

6.18.4. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada



- 6.18.5. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;
- 6.18.6. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório
- 6.18.7. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada
- 6.18.8. O fiscal poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;
- 6.18.9. O fiscal deverá verificar os itens do documento entregue após a consulta com a relação mensal
- 6.18.10. O fiscal deverá encaminhar mensalmente a relação de serviços e o valor a ser pago para as providências de pagamento

Gestor do Contrato

- 6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, IV).
- 6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo (s) fiscal (is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, II).
- 6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).
- 6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo (s) fiscal (is) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).
- 6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, X)
- 6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VI).



6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Cães levados para tratamento e os motivos para tal;

7.3.2. Peso, tamanho e raça dos animais conduzidos;

7.3.3. Compatibilidade de serviços e material com o tipo de procedimento;

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo (s) fiscal (is), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, arts. 24, X, e 25, VII).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, X).

7.7. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, VII).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.



7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de



2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º, §3º da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.17.1. o prazo de validade;
- 7.17.2. a data da emissão;
- 7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.17.5. o valor a pagar; e
- 7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- 7.17.7. se o destaque de retenção de imposto de renda se enquadra nas hipóteses da IN RFB Nº 1.234/2012;
- 7.17.8. se o fornecedor/contratado for empresa do Estado da Paraíba, Não Optante pelo Simples, os responsáveis pelo recebimento e pagamento verificarão se o documento fiscal foi emitido nos termos do Art. 6º do Decreto nº 37.237, de 2017 (Isenção do ICMS), com a demonstração expressa do valor correspondente à isenção do ICMS deduzido do preço ofertado constante da proposta vencedora da licitação, rejeitando-o quando não atender ao referido normativo.

7.17.8.1. O valor da nota fiscal deverá ser idêntico ao valor do preço líquido demonstrado na planilha anexada à proposta final apresentada na licitação.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou SIREF PB, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou SIREF PB e ao Cadastro de Fornecedores Impedido de Licitar e Contratar - CAFILPB para: a)



verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF ou SIREF PB e ao CAFILPB, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou SIREF PB e ao CAFILPB.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, conforme dados bancários indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, consideradas as disposições do Decreto Estadual nº 43.250, de 2022.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Observar se a retenção do IR se enquadra nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

7.29.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29.3. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento



ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.31. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.32. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.33. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.34. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.35. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.36. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.37. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.38. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será EMPREITADO POR PREÇO UNITÁRIO.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.4. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.5. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:



8.7. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional contratada no CRMV - Conselho Regional de Medicina Veterinária onde funcionar, nos termos do art. 27 da Lei nº 5.517/1968, em plena validade;

8.7.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.8. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.8.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.8.1.1. Será exigida a comprovação de quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 10 (dez) por cento % dos quantitativos licitados.

8.8.1.2. A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância, a seguir elencadas:

a) Procedimentos cirúrgicos de alta complexidade.

b) Atendimento emergencial e intensivo.

c) Diagnóstico por imagem e exames laboratoriais especializados.

8.8.1.3. SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica, a serem executadas pelos profissionais elencados: Para o cargo de Médico Veterinário: **serviços de procedimentos cirúrgicos de alta complexidade, atendimento emergencial e intensivo, e diagnóstico por imagem e exames laboratoriais especializados, tratamento e manejo de doenças infecciosas e zoonóticas, bem como fornecimento e administração de medicamentos específicos**

8.8.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.8.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.8.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.8.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.8.6. Será admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado em relação à parcela do fornecimento de 50% (cinquenta por cento), cuja subcontratação foi expressamente autorizada no tópico pertinente.

8.9. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.9.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas



atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.9.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.9.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.9.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.9.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.9.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.9.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação está definido no anexo I deste Termo de Referência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 15.000;
- II) Fonte de Recursos: 500;
- III) Programa de Trabalho: 5005;
- IV) Elemento de Despesa: 39.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



11. ANEXOS

- 11.1. Anexo I – Tabela com itens a serem licitados e valor estimado da contratação.
- 11.2. Anexo II – Lista de procedimentos a serem executados
- 11.3. Anexo III – Instrumento de Medição de Resultado (IMR)
- 11.4. Anexo IV - Declaração de vistoria e renúncia
- 11.5. Anexo V - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preço

Cabedelo, data da assinatura eletrônica.

Histórico de versões:

Criado em: 17.12.2024

Modificado em: 27.01.2025

Modificado em: 11.05.2025

Modificado em: 10.11.2025

(assinado digitalmente)
JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SOBRAL – MAJ PM QOEM
Comandante da CIPCães
Matrícula 525.295-4

(assinado digitalmente)
CARLOS MAGNO FONSECA DE SOUSA – CEL PM QOEM
Comandante do CPCHOQUE
Matrícula 520.622-7

Aprovado por:

(assinado digitalmente)
SÉRGIO FONSECA DE SOUZA – CEL PM QOEM
Comandante-Geral da PMPB
Matrícula 520.650-2



Assinado com senha por [CPM127098] [SENHA] JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SOBRAL, [CPM127028]
[SENHA] CARLOS MAGNO FONSECA DE SOUSA e [CPM47487] [SENHA] SERGIO FONSECA DE
SOUZA em 10/11/2025 - 10:29hs.
Documento Nº: 9359611-935 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9359611-935>



CPMDIN202531358



ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

Número processo:15.000.000159.2024

1- TABELA DE ITENS A SEREM LICITADOS E SEUS RESPECTIVOS QUANTITATIVOS

Item	Código	Descrição	Unidade	Qtde	R\$ Un.	LC 123/2006
1	99318	CONTRATAÇÃO de Clínica Veterinária para prestação de serviço de atendimento Médico Veterinário. Mensal. Conforme termo de referência.	Un	1	10954,50	Ampla Concorrência

2- O CUSTO ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO É DE R\$657.270,00

ANEXO II - LISTA DE PROCEDIMENTOS A SEREM EXECUTADOS**PROCESSO Nº 15.000.000159.2024****OBJETO DA CONTRATAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA VETERINÁRIA COM SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE
MEDICAMENTOS**

DESCRIÇÃO	Quantidade a ser contratada	Quantidade a ser contratada em 05 anos	UND.
CONSULTAS			
Consulta Geral	40	200	Und.
Consulta Especializada (dentro dessas especializadas de dermatológica, neurológica, ortopédica, oncológica, oftalmológica e endocrinológica)	15	75	Und.
EXAMES HEMATOLÓGICOS, BIOQUÍMICOS, SEDIMENTOSCOPIA E SOROLOGIAS			
Hemograma completo com Pesquisa de hematozoário	40	200	Und.
Creatinina	18	90	Und.
Ureia	18	90	Und.
Alanina Aminotransferase (ALT)	18	90	Und.
Fosfatase alcalina (FA)	18	90	Und.
Glicemia capilar	18	90	Und.



CPMDIN202525319

Proteínas totais e frações (Globulina eAlbumina)	18	90	Und.
Colesterol	12	60	Und.
Triglicerídeos	12	60	Und.
Urinálise	12	60	Und.
Relação Proteína/Creatinina Urinária (RPCU)	4	20	Und.
Coproparasitológico	12	60	Und.
Sorologia de Leishmaniose com diluição total	18	90	Und.
4DX (Layme, Erliquiose, Dirofilariose,Anaplasma)	12	60	Und.
PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E AMBULATORIAIS			
Microchipagem	20	100	Und.
Sutura de ferimentos sem anestesia	4	20	Und.
Limpeza periodontal com extração dentáriaaté 40kg	12	60	Und.
Cesariana cadela até 40kg	2	10	Und.
Piometra até 40 kg	2	10	Und.
Mastectomia unilateral até 40 kg	2	10	Und.
Orquiectomia até 40 kg	3	15	Und.
Nodulectomia até 40kg	2	10	Und.
Ovariohisterectomia até 40kg	5	25	Und.
Internação 24 horas até 40 kg sem medicações	40	200	Dias
PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E AMBULATORIAIS			
Sedação até 40kg	10	50	Und.
Anestesia inalatória até 40 kg	20	100	Und.
EXAMES DE IMAGEM			



RX (por cada 2 ou 3 projeções)	6	30	Und.
Estudo radiográfico (pelve e coluna) sedação cobrada a parte	3	15	Und.
Ultrassonografia abdominal	9	45	Und.
Eletrocardiograma	9	45	Und.
Ecocardiograma	6	30	Und.
SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS E FLUIDOTERAPIA			
Aplicações de medicamentos (Analgésicos e opióides) tais como: Dipirona, Buscopan, Tramadol, Morfina, Metadona, Fentanil, até 40 kg (Valor da dose aplicada)	20	100	Und.
Aplicações de medicamentos (antiinflamatórios, tais como: Dexametasona, Metilprednisolona, Meloxicam, Carprofeno, Robenacoxibe) até 40 kg (Valor da dose aplicada)	20	100	Und.
Aplicações de medicamentos (Antibióticos, Sulfametoxazol + Trimetoprima, Cefalotina, Enrofloxacina, Amoxicilina), até 40 kg. (Valor da dose aplicada)	10	50	Und.
Aplicações de medicamentos antieméticos (Ondansetrona, cerenia), até 40 kg. (Valor da dose aplicada)	10	50	Und.
Aplicação de fluidoterapia com soro ringuer com lactato, frasco ampola contendo 500 ml de solução, sem medicações.	20	100	Und.
Aplicação de vitaminas (Complex B, Bionew, Ornitol), até 40kg. (Valor da dose aplicada)	10	50	Und.
SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE VACINAS PARA CONTROLE DE DOENÇAS VIRAIS, BACTERIANAS E ZOONÓTICAS			
Vacina multiviral contendo cepas contra cinomose canina, da hepatite infecciosa canina (causada pelo Adenovírus canino Tipo 1), de doença respiratória (causada pelo Adenovírus canino Tipo 2), da parainfluenza canina, da coronavírus canina, parvovirose canina e das leptospiroses causadas pela Leptospira canicola, L.	60	300	Und.



grippotyphosa, L. icterohaemorrhagiae e L. Pomona, apresentação frasco ampola 1 ml.			
Vírus da raiva inativado,apresentação frascoampola 1 ml.	40	200	Und.
Vacina inativada contra bactéria Bordetella bronchiseptica, injetável, apresentação frascoampola 1 ml.	40	200	Und.
SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE MEDICAÇÕES / SUPLEMENTAÇÕES DE PROFILAXIA			
Vermífugo para cães 30 kg a base de Febantel450,0 mg, Pirantel 432,0 mg, Praziquantel 150,0 mg, Ivermectina 0,18 mg, Excipiente q.s.p. 3000,0 mg, caixa com duas drágeas.	50	250	CX
Vermífugo para cães 10 kg a base de Febantel150,0 mg, Pirantel 432,0 mg, Praziquantel 50,0 mg, Ivermectina 0,06 mg, Excipiente q.s.p. 1000,0 mg, caixa com quatro comprimidos.	25	125	CX
Antitóxico para cães a base de Acetilmethionina 1,5g, Colina (cloreto)1g, Riboflavina (fosfato) 1mg, Extrato fluido de alcachofra 5ml q.s.p.100 mL, frascos contendo 20 ml	10	50	FR
Comprimidos a base de Fluralaner 1000 mg, de 20 a 40 kg, caixa com um comprimido.	100	500	CX
Comprimidos a base de Fluralaner 500 mg, de 10 a 20 kg, caixa com um comprimido	15	75	CX
Comprimidos a base de Doxíciclina 200 mg, caixa contendo 24 comprimidos.	20	100	CX
Comprimidos a base de Enrofloxacin200mg, caixa com 10 comprimidos	10	50	CX
Comprimidos a base de Omeprazol 20 mg, caixa com 10 comprimidos	10	50	CX
Comprimidos a base de Prednisolona 20 mg, caixa com 10 comprimidos.	20	100	CX
Cápsulas gelatinosas de Omega 3 1500 mg, caixa com 30 cápsulas	10	50	CX
Pó a base de Carvão Ativado 40 g, Zeolita 40g, Caolim 10 g, Pectina 10 g, sachê	10	50	UND



com 8 gramas			
<p>Polivitaminico a base de Aditivo Flavorizante</p> <p>1.000 mg/kg, Arginina (mín.) 33 g/kg, Cistina(mín.), 6.000 mg/kg, Colina (mín.)10 g/kg, Glicina (mín.) 40 g/kg, Histidina (mín.) 12 g/kg, Isoleucina (mín.) 19 g/kg, Leucina (mín.) 36 g/kg Lisina (mín.) 58 g/kg, Metionina (mín.) 31,9 g/kg, Prolina (mín.) 23g/kg, Proteína Bruta (mín.) 260 g/kg, Serina (mín.) 23 g/kg, Tirosina (mín.) 13 g/kg, Treonina (mín.) 46,4 g/kg, Triptofano (mín.) 12,7 g/kg, Valina (mín.) 19 g/kg, sachê com 250 gramas</p>	24	120	UND
<p>Polivitaminico a base de Ácido Aspártico (mín.)3.839 mg, Ácido Glutâmico (mín.)6.972 mg, Alanina (mín.)6.032 mg ,Arginina (mín.)3.447 mg, Betaína (mín.)11,02 g, Cisteína (mín.)251 mg, Fenilalanina (mín.)1.567 mg, Glicina (mín.)16,686 g, Hidroxiprolina (mín.)5.484mg, Histidina (mín.)783 mg, Isoleucina (mín.)1.018 mg, L-Carnitina (mín.)12,007 g, Glutamina (mín.)6.636 mg, Leucina (mín.)2.350 mg, Lisina (mín.)15,261 g, Metionina (mín.)16,536 g, Prolina (mín.)9.166 mg, Serina (mín.)1.175 mg, Taurina (mín.)5.306 mg, Tirosina (mín.)862 mg, Treonina (mín.)666 mg, Triptofano (mín.)188 mg, Valina (mín.)1.723 mg, Nucleotídeos (mín.)26,33 mg, Cinarina (mín.)4,29 mg, Extrato de Alcachofra (mín.)805,7 mg, Ácido Nicotínico(mín.)1.822 mg, Colina (mín.)15,376 gInositol (mín.)392 mg, Pantotenato de Cálcio (mín.)1.604 mg, Vitamina B1 (mín.)2.063 mg, Vitamina B12 (mín.)16.056 mcg, Vitamina B6 (mín.)1.680 mg, VitaminaC (mín.)2.245 mg, Frutose (mín.)9.800 mg, Maltodextrina (mín.)34,959 g, Glicose (mín.)201,953 g, frasco contendo 30 comprimidos</p>	24	120	UND
<p>Fração F(ab')2 de imunoglobulinas que neutralizam no mínimo 50 mg do veneno de referência de Bothrops jararaca e 30 mg do veneno de referência de Lachesis muta</p> <p>(soroneutralização em camundongo) Fenol (máximo) 35 mg, Cloreto de sódio 85 mg, Água para injetáveis, frasco contendo 50ml.</p>	2	10	FR



Comprimidos a base de Carprofeno 100 mg, caixa com 10 comprimidos.	10	50	CX
<p>Probiótico 13 ml com base de Ácido cítrico (mín.) 97 mg/kg; Ácido fólico (mín.) 456mg/kg; Ácido glutâmico (mín.) 608 mg/kg; Arginina (mín.) 2.088 mg/kg; Bacillus subtilis (CCT 0089) (mín.) 9,6x10E7 UFC/g;</p> <p>Bifidobacterium bifidum (DSM 20456)(mín.) 9,6x10E7 UFC/g; Biotina (mín.) 254 mg/kg; Cobalto (mín.) 92 mg/kg; Cobre (mín.) 87 mg/kg; Colina (mín.) 564 mg/kg; Enterococcus faecium (CCT 6646) (mín.) 1,9x10E8 UFC/g; Ferro (mín.) 813 mg/kg; Glutamina (mín.) 608 mg/kg; Inulina (mín.) 1.504 mg/kg; Iodo (mín.) 186 mg/kg; Lactobacillus acidophilus (CCT 2949) (mín.) 2,4x10E8 UFC/g; Lactobacillus casei (CCT 1465) (mín.) 1,9x10E8 UFC/g; Lactobacilluslactis (CCT 1344) (mín.) 1,4x10E8 UFC/g; Lisina (mín.) 6.442 mg/kg; Manganês (mín.) 489 mg/kg; Metionina (mín.) 3.088 mg/kg; Niacina (mín.) 1.014 mg/kg; Saccharomyces cerevisiae (CBS 493.94) (mín.) 9,4x10E7 UFC/g; Selênio (mín.) 45 mg/kg; Taurina (mín.) 11 g/kg; Treonina (mín.) 3.703 mg/kg; Triptofano (mín.) 1.019 mg/kg; Vitamina A (mín.) 5.600.000 UI/Kg; Vitamina B1 (mín.) 3.684 mg/kg; Vitamina B2 (mín.) 3.392 mg/kg; Vitamina B5 (mín.) 2.077 mg/kg; Vitamina B6 (mín.) 2.603 mg/kg; Vitamina B12 (mín.) 580 µg/kg; Vitamina C (mín.) 7.660 mg/kg; Vitamina D3 (mín.) 50.000 UI/kg; Vitamina E (mín.) 945 UI/kg; Zinco (mín.) 1.022 mg/kg</p>	15	75	CX



ANEXO III - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

1. INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.
- 1.2. Objetivo a atingir: Prestação do serviço em elevados níveis de qualidade.
- 1.3. Forma de avaliação: Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor de pagamento devido.
- 1.4. Sanções: embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.

2. CONDIÇÕES GERAIS

- 2.1. Para o acompanhamento e avaliação dos serviços da Contratada será estabelecido e utilizado o Instrumento de Medição de Resultado – IMR entre as partes, baseando-se em indicadores e metas definidos neste documento.
- 2.2. A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.
- 2.3. O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida.
- 2.4. Para o recebimento do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.
- 2.5. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados.
- 2.6. Para consecução destes objetivos deverá ser adotado as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos itens abaixo.

3. DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS POR POSTO DE SERVIÇO

- 3.1. A avaliação corresponde à atribuição mensal dos conceitos “Adequado”, “Não Adequado” ou “Não aplicável para o mês de medição” para cada item avaliado e as respectivas justificativas, se necessário. Serão dois módulos distintos a serem avaliados:



MÓDULO 1 – DISPONIBILIZAÇÃO DA MEDICAÇÃO / SUPLEMENTAÇÃO

Aferição: Condicionada à verificação pelo Fiscal Técnico do Contrato (ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência) que detalhará a ocorrência.

Itens a serem observados:

- 1 – Ausência de algum dos itens solicitados no agendamento;
- 2 – Medicação / suplementação em conformidade com os requisitos descritos na licitação;
- 3 – Cumprimento de prazos;
- 4 – Pronto atendimento nos meios de comunicação para agendamento oferecidos;
- 5 – Validade dos produtos;
- 6 – Perfeito estado das caixas / cartelas / vidros / lacres – não podem estar violados ou ter qualquer sinal de adulteração.

Observação: A comunicação ao fiscal poderá ser feita mediante correspondência eletrônica. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá a uma ocorrência, podendo haver registro de várias ocorrências na mesma data.

MÓDULO 2: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Aferição: Condicionada à verificação pelo Fiscal Técnico do Contrato (ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência) que detalhará a ocorrência.

Itens a serem observados:

Deixar de:

- 1 – Realizar as rotinas de higiene e de descarte de material em conformidade com as normas;
- 2 – Dar prioridade aos cães policiais (a fim de evitar acidentes com outros cães que estejam sendo atendidos);
- 3 – Preencher corretamente os formulários de controle e/ou prontuários;
- 4 – Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, quando houver qualquer anormalidade ou informação que possa vir a representar algum risco para que sejam adotadas as providências necessárias para regularização;
- 5 – Pronto atendimento nos meios de comunicação para agendamento oferecidos;
- 6 – Cumprir os prazos de acordo com as situações, conforme o TR;
- 7 – Realizar procedimentos com médicos veterinários;
- 8 – Realizar procedimentos corretamente e necessários para o resguardo da vida dos animais;
- 9 – Prestar informações relevantes quanto ao atendimento para a CONTRATANTE.

Observação: A comunicação ao fiscal poderá ser feita mediante correspondência eletrônica. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá a uma ocorrência, podendo haver registro de várias ocorrências na mesma data.

3.2. Cada módulo terá peso 10 na avaliação, podendo resultar em uma pontuação máxima total de 200, sendo 100 pontos para cada módulo.

4. CRITÉRIOS DOS ITENS AVALIADOS



4.1. De acordo com as ocorrências constatadas na execução do contrato e, considerando os pesos de cada módulo, a pontuação mensal da contratada será avaliada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Pontuação mensal} = 200 - \text{"nº de Ocorrências do Módulo 1"} \times 10 - \text{"nº de Ocorrências do Módulo 2"} \times 10$$

4.2. Os serviços serão considerados insatisfatórios abaixo de 150 pontos.

4.3. O primeiro mês de contrato será objeto apenas de notificação, de modo a permitir o ajuste e aperfeiçoamento da qualidade do serviço pela contratada.

4.4. A empresa poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa.

5. FORMA DE DIMENSIONAMENTO DOS PAGAMENTOS

5.1. As adequações nos pagamentos estarão limitadas à seguinte faixa de tolerância:

Faixa de Pontuação Obtida	Percentual de Desconto
200 A 180	0%
179 A 150	5%
Abaixo de 150	10%

5.2. Haverá possibilidade de rescisão contratual nas seguintes condições:

5.2.1. Desconto de 10% por mais de seis vezes a cada 12 meses;

5.2.2. Pontuação abaixo de 150 pontos.

6. FORMA DE AFERIÇÃO E ANOTAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1 O Fiscal Técnico do Contrato deverá utilizar as tabelas abaixo para registrar as ocorrências dentro do período de aferição:

MÓDULO 1: DISPONIBILIZAÇÃO DA MEDICAÇÃO / SUPLEMENTAÇÃO	
Total de ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição

MÓDULO 2: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	
Total de ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição



NOTA FINAL	
PERÍODO DE AFERIÇÃO	
PONTUAÇÃO FINAL	Pontuação mensal = 200 - "nº de Ocorrências do Módulo 1" x 10 - "nº de Ocorrências do Módulo 2" x 10
Observações:	

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Este instrumento define expectativas de serviços e responsabilidades entre a Polícia Militar da Paraíba e a empresa_____, CNPJ nº_____e, é parte integrante do contrato decorrente do Edital Pregão Eletrônico nº_____/2024, celebrado para prestação de serviços continuados de clínica veterinária para a 2ª CPCÃES.

7.2. Além disso, o espírito deste instrumento é clarear e solidificar o pactuado entre as partes, trabalhando juntos no provimento de serviços de qualidade e com eficiência visando garantias para o interesse público.

7.3. A assinatura deste instrumento indica que as partes o revisaram e que, em termos de necessidades, apresenta objetivos realizáveis e mensuráveis na execução dos serviços.

Cabedelo/PB, ____ de _____ de 20__.

CONTRATANTE

CONTRATADA





ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE VISTORIA E RENÚNCIA

Nome da empresa:
CNPJ nº
Endereço:.....
Fones:
E-
mail:

Declaro que vistoriei minuciosamente os locais para a prestação dos serviços constantes do objeto do Edital de Licitação, _____ (modalidade licitatória) nº ____/20____, e tomei conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletei informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial.

Ou

Optamos pela não realização de vistoria assumindo inteiramente a responsabilidade ou consequências por essa omissão, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

Local, ____ de _____ de 20____.

Visto do representante legal ou procurador da empresa

Carteira de Identidade: _____

Órgão Expedidor: _____



Assinado com senha por [CPM91450] [SENHA] JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SOBRAL, [CPM53036] [SENHA] CARLOS MAGNO FONSECA DE SOUSA e [CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUZA em 02/10/2025 - 12:05hs.
Documento Nº: 8974804-935 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8974804-935>



CPMDIN202525319

ANEXO V do TR - MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA					
Razão Social	xxxx (razão social) xxxx	CNPJ:	xx.xxx.xxx/0001-xx		
Endereço completo	xxxx (rua, nº, complemento, bairro, cidade, UF, CEP)				
Telefone(s)	(xx) xxxx-xxxx, (xx) xxxx-xxxx, (xx) xxxx-xxxx.				
E-mail(s)	xxx@xxx.com.br				
Dados Bancários	Banco xxx, Agência xxx, Conta Corrente xxxx				
Representante legal	xxxx (nome do representante legal) xxxx	CPF:	xxx.xxx.xxx-xx	RG:	xx.xxx.xxx-x
Responsável pela Assinatura do Contrato	xxxx (nome do responsável pela assinatura do contrato) xxxx	CPF:	xxx.xxx.xxx-xx	RG:	xx.xxx.xxx-x

SERVIÇOS PRESTADOS	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE A SER CONTRATADA	QUANTIDADE A SER CONTRATADA EM 05 ANOS	UND	PERCENTUAL SOBRE O VALOR CONTRATADO	VALOR UNITÁRIO (ANO) R\$	VALOR TOTAL (ANO) R\$
CONSULTAS COM MÉDICO-VETERINÁRIO	Consulta Geral	40	200	Und			
	Consulta Especializada (dentro dessas especializadas de dermatológica, neurológica, ortopédica, oncológica, oftalmológica e endocrinológica)	15	75	Und.			

EXAMES HEMATOLÓGICOS, BIOQUÍMICOS, SEDIMENTOSCOPIA E SOROLOGIAS	Hemograma completo com Pesquisa de hematozoário	40	200	Und.			
	Creatinina	18	90	Und.			
	Ureia	18	90	Und.			
	Alanina Aminotransferase (ALT)	18	90	Und.			
	Fosfatase alcalina (FA)	18	90	Und.			
	Glicemia capilar	18	90	Und.			
	Proteínas totais e frações (Globulina e Albumina)	18	90	Und.			
	Colesterol	12	60	Und.			
	Triglicerídeos	12	60	Und.			
	Urinálise	12	60	Und.			
	Relação Proteína/Creatinina Urinária (RPCU)	4	20	Und.			
	Coproparasitológico	12	60	Und.			
	Sorologia de Leishmaniose com diluição total	18	90	Und.			
	4DX (Layme, Erliquiose, Dirofilariose, Anaplasma)	12	60	Und.			
PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E AMBULATORIAIS	Microchipagem	20	100	Und.			
	Sutura de ferimentos sem anestesia	4	20	Und.			
	Limpeza periodontal	12	60	Und.			

	com extração dentária até 40kg						
	Cesariana cadela até 40kg	2	10	Und.			
	Piometra até 40 kg	2	10	Und.			
	Mastectomia unilateral até 40 kg	2	10	Und.			
	Orquiectomia até 40 kg	3	15	Und.			
	Nodulectomia até 40kg	2	10	Und.			
	Ovariohisterectomia até 40kg	5	25	Und.			
	Internação 24 horas até 40 kg sem medicações	40	200	Dias			
PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E AMBULATORIAIS	Sedação até 40kg	10	50	Und.			
	Anestesia inalatória até 40 kg	20	100	Und.			
EXAMES DE IMAGEM	RX (por cada 2 ou 3 projeções)	6	30	Und.			
	Estudo radiográfico (pelve e coluna) sedação cobrada a parte	3	15	Und.			
	Ultrassonografia abdominal	9	45	Und.			
	Eletrocardiograma	9	45	Und.			
	Ecocardiograma	6	30	Und.			
SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE MEDICAMENTOS	Aplicações de medicamentos Analgésicos e opióides	20	100	Und.			

INJETÁVEIS E FLUIDOTERAPIA	tais como: Dipirona, Buscopan, Tramadol, Morfina, Metadona, Fentanil, até 40 kg (Valor da dose aplicada)						
	Aplicações de n	20	100	Und.			
	Aplicações de medicamentos (Antibióticos, Sulfametoxazol + Trimetoprima, Cefalotina, Enrofloxacino, Amoxicilina), até 40 kg. (Valor da dose aplicada)	10	50	Und.			
	Aplicações de medicamentos antieméticos (Ondasentrona, cerenia), até 40 kg. (Valor da dose aplicada)	10	50	Und.			
	Aplicação de fluidoterapia com soro ringuer com lactato, frasco ampola contendo 500 ml de solução, sem medicações.	20	100	Und.			

	Aplicação de vitaminas	10	50	Und.			
SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE VACINAS PARA CONTROLE DE DOENÇAS VIRAIS, BACTERIANAS E ZONÓTICAS	Vacina multiviral contendo cepas contra cinomose canina, da hepatite infecciosa canina (causada pelo Adenovírus canino Tipo 1), de doença respiratória (causada pelo Adenovírus canino Tipo 2), da parainfluenza canina, da coronavirose canina, parvovirose canina e das leptospiroses causadas pela Leptospira canicola, L. grippotyphosa, L. icterohaemorrhagiae e L. Pomona, apresentação frasco ampola 1 ml.	60	300	Und.			
	Vírus da raiva inativado, apresentação frasco ampola 1 ml.	40	200	Und.			
	Vacina inativada contra bactéria Bordetella bronchiseptica, injetável, apresentação frasco ampola 1 ml.	40	200	Und.			

SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE MEDICAÇÕES / SUPLEMENTAÇÕES DE PROFILAXIA	Vermífugo para cães 30 kg a base de Febantel 450,0 mg, Pirantel 432,0 mg, Praziquantel 150,0 mg, Ivermectina 0,18 mg, Excipiente q.s.p. 3000,0 mg, caixa com duas drágeas.	50	250	CX			
	Vermífugo para cães 10 kg a base de Febantel 150,0 mg, Pirantel 432,0 mg, Praziquantel 50,0 mg, Ivermectina 0,06 mg, Excipiente q.s.p. 1000,0 mg, caixa com quatro comprimidos.	25	125	CX			
	Antitóxico para cães a base de Acetilmetionina 1,5g, Colina (cloreto)1g, Riboflavina (fosfato) 1mg, Extrato fluido de alcachofra 5ml q.s.p.100 mL, frascos contendo 20 ml	10	50	FR			
	Comprimidos a base de Fluralaner 1000 mg, de 20 a 40 kg, caixa com um comprimido.	100	500	CX			

	Comprimidos a base de Fluralaner 500 mg, de 10 a 20 kg, caixa com um comprimido	15	75	CX			
	Comprimidos a base de Doxiciclina 200 mg, caixa contendo 24 comprimidos.	20	100	CX			
	Comprimidos a base de Enrofloxacin 200mg, caixa com 10 comprimidos	10	50	CX			
	Comprimidos a base de Omeprazol 20 mg, caixa com 10 comprimidos	10	50	CX			
	Comprimidos a base de Prednisolona 20 mg, caixa com 10 comprimidos.	20	100	CX			
	Cápsulas gelatinosas de Omega 3 1500 mg, caixa com 30 cápsulas	10	50	CX			
	Pó a base de Carvão Ativado 40 g, Zeolita 40 g, Caolim 10 g, Pectina 10 g, sachê com 8 gramas	10	50	UND			
	Polivitaminico a base de	24	120	UND			

	Aditivo Flavorizante 1.000 mg/kg, Arginina (mín.) 33 g/kg, Cistina (mín.), 6.000 mg/kg, Colina (mín.)10 g/kg, Glicina (mín.) 40 g/kg, Histidina (mín.) 12 g/kg, Isoleucina (mín.) 19 g/kg, Leucina (mín.) 36 g/kg Lisina (mín.) 58 g/kg, Metionina (mín.) 31,9 g/kg, Prolina (mín.) 23g/kg, Proteína Bruta (mín.) 260 g/kg, Serina (mín.) 23 g/kg, Tirosina (mín.) 13 g/kg, Treonina (mín.) 46,4 g/kg, Tryptofano (mín.) 12,7 g/kg, Valina (mín.) 19 g/kg, sachê com 250 gramas						
	Polivitamínico a base de Ácido Aspártico (mín.)3.839 mg, Ácido Glutâmico(mín.)6.972 mg, Alanina (mín.)6.032 mg ,Arginina (mín.)3.447 mg, Betaína (mín.)11,02 g, Cisteína (mín.)251 mg,	24	120	UND			

	<p>Fenilalanina (mín.)1.567 mg, Glicina (mín.)16,686 g, Hidroxiprolina (mín.)5.484 mg, Histidina (mín.)783 mg, Isoleucina (mín.)1.018 mg, L-Carnitina (mín.)12,007 g, Glutamina (mín.)6.636 mg, Leucina(mín.)2.350 mg, Lisina (mín.)15,261 g, Metionina (mín.)16,536 g, Prolina (mín.)9.166 mg, Serina (mín.)1.175 mg, Taurina (mín.)5.306 mg, Tirosina (mín.)862 mg, Treonina (mín.)666 mg, Triptofano (mín.)188 mg, Valina (mín.)1.723 mg, Nucleotídeos (mín.)26,33 mg, Cinarina (mín.)4,29 mg, Extrato de Alcachofra (mín.)805,7 mg, Ácido Nicotínico(mín.)1.822 mg, Colina (mín.)15,376 gInositol (mín.)392 mg, Pantotenato de Cálcio</p>						
--	---	--	--	--	--	--	--

	(mín.)1.604 mg, Vitamina B1 (mín.)2.063 mg, Vitamina B12 (mín.)16.056 mcg, Vitamina B6 (mín.)1.680 mg, VitaminaC (mín.)2.245 mg, Frutose (mín.)9.800 mg, Maltodextrina (mín.)34,959 g, Glicose (mín.)201,953 g, frasco contendo 30 comprimidos						
	Fração F(ab') ₂ de imunoglobulinas que neutralizam no mínimo 50 mg do veneno de referência de Bothrops jararaca e 30 mg do veneno de referência de Lachesis muta(soroneutralização em camundongo) Fenol (máximo) 35 mg, Cloreto de sódio 85 mg, Água para injetáveis, frasco contendo 50ml.	2	10	FR			
	Comprimidos a base de Carprofeno 100 mg, caixa com 10	10	50	CX			

	comprimidos.						
	Probiótico 13 ml com base de Ácido cítrico (mín.) 97 mg/kg; Ácido fólico (mín.) 456mg/kg; Ácido glutâmico (mín.) 608 mg/kg; Arginina (mín.) 2.088 mg/kg; Bacillus subtilis (CCT 0089) (mín.) 9,6x10E7 UFC/g; Bifidobacterium bifidum (DSM 20456)(mín.) 9,6x10E7 UFC/g; Biotina (mín.) 254 mg/kg; Cobalto (mín.) 92 mg/kg; Cobre (mín.) 87 mg/kg; Colina (mín.) 564 mg/kg; Enterococcus faecium (CCT 6646) (mín.) 1,9x10E8 UFC/g; Ferro (mín.) 813 mg/kg; Glutamina (mín.) 608 mg/kg; Inulina (mín.) 1.504 mg/kg; Iodo (mín.) 186 mg/kg; Lactobacillus acidophilus (CCT 2949) (mín.)2,4x10E8 UFC/g;	15	75	CX			

	<p>Lactobacillus casei (CCT 1465) (mín.) 1,9x10E8 UFC/g;</p> <p>Lactobacilluslactis (CCT 1344) (mín.) 1,4x10E8 UFC/g; Lisina (mín.) 6.442 mg/kg; Manganês (mín.) 489 mg/kg; Metionina (mín.) 3.088 mg/kg; Niacina (mín.) 1.014 mg/kg;</p> <p>Saccharomyces cerevisiae (CBS 493.94) (mín.) 9,4x10E7 UFC/g; Selênio (mín.) 45 mg/kg; Taurina (mín.) 11 g/kg; Treonina (mín.) 3.703 mg/kg; Triptofano (mín.) 1.019 mg/kg; Vitamina A (mín.) 5.600.000 UI/Kg; Vitamina B1 (mín.) 3.684 mg/kg; Vitamina B2 (mín.) 3.392 mg/kg; Vitamina B5 (mín.) 2.077 mg/kg; Vitamina B6 (mín.) 2.603 mg/kg; Vitamina B12 (mín.) 580 µg/kg; Vitamina C</p>						
--	---	--	--	--	--	--	--

	(mín.) 7.660 mg/kg; Vitamina D3 (mín.) 50.000 UI/kg; Vitamina E (mín.) 945 UI/kg; Zinco (mín.) 1.022 mg/kg						
--	---	--	--	--	--	--	--

Local, dia, mês e ano.

assinatura



ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA - PMPB

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15.000.000159.2024

PREGÃO ELETRÔNICO

Contrato de Prestação de Serviços Sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
<NumeroAnoContrato> QUE FAZEM ENTRE SI O
ESTADO DA PARAÍBA, POR INTERMÉDIO DA POLÍCIA
MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA - PMPB E A
EMPRESA <NomeEmpresa>.

O Estado da Paraíba, por intermédio da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA - PMPB, com sede no (a) <EnderecoCompletoOrgao>, inscrito no CNPJ sob o nº <CNPJOrgao>, neste ato representado pelo <NomeRepresentanteOrgaoECargo>, nomeado pela(o) <Portaria_AtoGovernamental> de <DataPortaria_Ato>, publicado em <DataPublicacaoPortaria_Ato>, portador da Matrícula Funcional nº <MatriculaFuncionalRepresentanteOrgao>, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa <NomeEmpresa>, inscrita no CNPJ nº <CNPJEmpresa>, com sede na <EnderecoCompletoEmpresa>, denominada CONTRATADA, neste ato representada por <NomeRepresentanteEmpresaEFuncao>, conforme <Atos Constitutivos da Empresa OU Procuracao apresentada nos autos>, tendo em vista o que consta no Processo nº 15.000.000159.2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 209/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de CLÍNICA VETERINÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO VETERINÁRIO, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;



1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados da data de divulgação no PNCP, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
 - a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
 - e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50% (cinquenta) por cento do valor total do contrato, nas seguintes condições:
 - 4.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:
 - 4.1.1.1. Consultas;
 - 4.1.1.2. Procedimentos cirúrgicos e ambulatoriais;
 - 4.1.1.3. Aplicação de medicamentos e suplementos prescritos
 - 4.1.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:



4.1.2.1. SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS dos materiais coletados, realização de ELETROCARDIOGRAMA, ECOCARDIOGRAMA, ULTRASSONOGRAFIA e RADIOGRAFIA, caso a clínica não possua em suas instalações estes serviços.

4.1.2.2. Serviços de tratamento odontológico para o cão.

4.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.3.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.5. Caso tenha sido formulada no Termo de Referência a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

4.5.1. O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

4.5.2. O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e

4.5.3. O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

4.5.4. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ <ValorMensalContratado> (<ValorMensalContratadoExtenso>), perfazendo o valor total de R\$ <ValorTotalContratado> (<ValorTotalContratadoExtenso>).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em {DataOrçamentoEstimado}.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;



- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12. Quando houver prestação de garantia, notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;



- 9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF e/ou no SIREF PB, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



- 9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de [XX (xxx)] dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.



10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. Multa:

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

[(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.]

[a. O atraso superior a <PrazoMáximo> dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.]



(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaMínimaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatoriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatoriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de <Multa Mínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <Multa Máxima> % (<MultaMáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será <MultaMínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <MultaMáxima> % (<MultaMáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de <MultaMínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <MultaMáxima> % (<MultaMáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de <PrazoRecolhimentoMulta> (<PrazoRecolhimentoMulta>) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- 12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;



13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado da Paraíba deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/Unidade: 15.000
- II) Fonte de Recursos: 500
- III) Programa de Trabalho: 5005
- IV) Elemento de Despesa: 339039
- V) Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da procuradoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 6º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 33.050, de 2012.



18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da comarca de João Pessoa-PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

<Município>, <DataCorrente>.

<NomeRepresentanteLegalOrgaoECargo>
{Orgao}

<NomeRepresentanteLegalEmpresa>
<NomeEmpresa>

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº xxx – Processo nº XXXX – Objeto e órgão(s) participante(s)

Empresa (Razão Social/CNPJ):

Endereço/Telefone/E-mail:

Dados Bancários: (Banco, Agência e Conta)

Em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total mensal (R\$)	Valor Total por 12 meses (R\$)	Valor Total por 60 meses (R\$)

OBS: Ressalta-se que o lance deverá ser efetuado pelo valor unitário mensal, conforme rege o item 5.5 do Edital, e a proposta deverá conter o valor anual (12 meses) e por 60 meses (prazo de vigência), conforme prevê o 1.3 do Termo de Referência.

Valor global da Proposta:

Valor global da proposta por extenso:

Alíquota de ISS:

Validade da Proposta: *(Não poderá ser inferior a 90 dias)*

Declaração de que no preço ofertado estão incluídos todos os custos e que atende todas as exigências do instrumento convocatório.

Outras informações importantes para o dimensionamento da proposta constantes no Edital/TR (atender às exigências do instrumento convocatório).

Assinatura do Representante Legal

(Cargo/RG/CPF)



Observação:

Declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;

No caso de ME/EPP, declarar expressamente na proposta comercial, se for o caso, a opção pelo SIMPLES NACIONAL, apresentando a comprovação que faz jus ao tratamento tributário favorecido;



ANEXO IV - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº _____, sediada no seguinte endereço: _____, nº e complemento _____, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no inciso III, do art. 1º da Lei nº 8.124/2006 (alterada pela Lei nº 12.272/2014), QUE NÃO HÁ DENTRE SEUS SÓCIOS cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da referida lei, a seguir descritos: Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de Estado, Secretário Executivo ou equivalentes a estes, Gerências de Áreas Instrumentais e Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração Indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista.

Cidade/UF, _____ de _____ de 20 ____.

(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

ANEXO V - Modelo de declaração de enquadramento como ME/EPP

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº _____, sediada no seguinte endereço: _____, nº e complemento _____, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/21, que:

A licitante é uma microempresa ou empresa de pequeno porte, devidamente enquadrada nos termos da legislação vigente. Portanto, confirma que no ano-calendário de realização do presente certame não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme definido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declaro ainda estar ciente de que o não cumprimento das disposições legais acima referidas pode acarretar na inabilitação da empresa nesta licitação, bem como outras sanções previstas na legislação.

Por fim, coloco-me à disposição para apresentar quaisquer documentos comprobatórios que se façam necessários para a verificação da veracidade das informações ora prestadas.

Cidade/UF, _____ de _____ de 20____.

(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

ANEXO VI**Planilha de Custos e Formação de Preço**

	Descrição	Percentual sobre o valor da proposta	Valor R\$
I	Mão-de-obra especializada [especificar a(s) categoria(s) profissional(is)]		
II	Produtos e outros materiais necessários (listar os produtos/materiais utilizados)		
III	Ferramentas e equipamentos (listar de forma sintética)		
IV	Outros insumos (uniforme, transporte, seguro, etc)		
V	Despesas Administrativa-operacionais (gastos gerais que não estão ligados diretamente a produção - exemplo: conta telefônica, energia, água, recepção, limpeza, dep. jurídico, etc.)		
VI	Tributos: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional (especificar o percentual para cada imposto, separadamente)		
VII	Lucro		
TOTAL DO CONTRATO		100 %	

Orientações para o preenchimento da planilha:

- a) A tabela acima deve ser utilizada como orientação, **podendo haver acréscimos de linhas e/ou colunas**, conforme a necessidade para melhor esclarecimento dos valores propostos.
- b) As descrições acima são meras contas sintéticas, devendo ser lançadas as contas analíticas para análise quanto aos **cumprimentos legais vigentes**.

Ex: **Mão de Obra especializada**: relacionar todas as categorias profissionais que serão utilizadas na execução do objeto com o respectivo piso salarial; **Outros insumos**: relacionar o que compõe a conta.

Tributos: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional

Simples Nacional: indicar que é beneficiário e o seu respectivo percentual.

Local, dia, mês e ano.
assinatura



**POLÍCIA MILITAR
COMANDO DE OPERAÇÕES DE CHOQUE
COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLICIAMENTO COM CÃES**

PROCESSO Nº 15.000.000159.2024

**OBJETO DA CONTRATAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA VETERINÁRIA
COM SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE MEDICAMENTOS**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 001/2025 – CIPCães

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) objetiva embasar a contratação de serviços continuados em clínica veterinária com serviço de aplicação de medicamentos para atender às demandas do CIPCães (Companhia de Policiamento com Cães) da Polícia Militar da Paraíba (PMPB). A Companhia desempenha um papel essencial nas operações policiais, utilizando cães de trabalho em diversas atividades, como buscas, patrulhamento e ações de detecção de substâncias ilícitas. Esses cães requerem cuidados veterinários especializados e contínuos, fundamentais para garantir sua saúde, bem-estar e operacionalidade.

O contexto que fundamenta este estudo decorre da necessidade de assegurar a manutenção de um serviço de suporte veterinário qualificado e permanente, que contemple atendimentos clínicos, procedimentos cirúrgicos, exames laboratoriais, vacinação e outros serviços correlatos. A ausência de um planejamento adequado para a contratação desses serviços pode comprometer a integridade física dos animais, prejudicar a capacidade operacional do CIPCães e, consequentemente, impactar a segurança pública.

A elaboração do ETP reflete o compromisso da administração pública com a eficiência, transparência e a boa governança na gestão dos recursos públicos. Por meio do planejamento detalhado, busca-se identificar as especificidades e a complexidade das necessidades a serem atendidas, garantindo que a contratação seja devidamente fundamentada e que o processo licitatório seja conduzido de forma célere, justa e em conformidade com a legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021.

Assim, este estudo reforça a importância de estruturar contratações públicas de maneira que atendam, com qualidade e economicidade, as demandas institucionais, ao mesmo tempo em que assegura a prestação de um serviço essencial para a continuidade das atividades da Companhia de Policiamento com Cães da PMPB.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO



Assinado com senha por [CPM91450] [SENHA] JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SOBRAL, [CPM53036] [SENHA] CARLOS MAGNO FONSECA DE SOUSA e [CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUZA em 02/10/2025 - 12:04hs.
Documento Nº: 8974754-935 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8974754-935>



CPMDIN202525317

A contratação de serviços continuados em clínica veterinária para atender às demandas do CIPCães (Companhia de Policiamento com Cães) da PMPB surge como uma necessidade primordial para a manutenção da saúde e do bem-estar dos cães utilizados em operações policiais. Esses animais desempenham funções críticas no suporte às atividades de segurança pública, como patrulhamento, busca e apreensão, além de detecção de substâncias ilícitas e resgate de pessoas. No entanto, para que possam executar suas atividades com eficiência e segurança, é indispensável que recebam cuidados veterinários especializados e contínuos.

O público-alvo diretamente beneficiado por essa contratação é interno, ou seja, a própria Polícia Militar, incluindo seus agentes que dependem do desempenho pleno dos cães para cumprir missões estratégicas. Indiretamente, o público externo – a sociedade em geral – também é beneficiado, pois a eficiência nas operações policiais reflete diretamente na melhoria da segurança pública.

A solução proposta consiste na contratação de serviços veterinários abrangentes que incluam atendimentos clínicos de rotina, exames diagnósticos, procedimentos cirúrgicos, vacinação, acompanhamento nutricional e outras intervenções necessárias para a saúde integral dos animais. A concretização desse atendimento é necessária de maneira imediata e contínua, considerando que os cães estão sujeitos a riscos diários em suas operações e, portanto, requerem assistência veterinária preventiva e corretiva em tempo hábil.

Na hipótese de internação dos cães e em situações de caráter profilático (preventivo), haverá a necessidade de aplicação de medicamentos como parte integrante do serviço prestado pela clínica veterinária. Essa aplicação pode ocorrer de diferentes formas, como oral, fluidoterapia ou injetável, dependendo da condição clínica específica do animal e da prescrição do médico veterinário responsável.

Não é possível desvincular o serviço da aplicação dos medicamentos, uma vez que a administração adequada e controlada dos fármacos é essencial para o sucesso do tratamento, seja em situações de recuperação de doenças, pós-operatório ou em procedimentos preventivos. A aplicação dos medicamentos constitui uma atividade complementar e inseparável da internação e dos demais serviços veterinários, garantindo a eficácia do tratamento e o bem-estar do animal.

Portanto, o serviço contratado engloba não apenas a aplicação dos medicamentos e insumos necessários, mas também a sua administração correta durante a internação ou atendimento profilático. Essa interdependência é fundamental para assegurar a qualidade e continuidade dos cuidados veterinários prestados, atendendo às necessidades da PMPB e mantendo os cães em plenas condições de saúde e operatividade. A aplicação de medicamentos se enquadra como serviço porque envolve atividades técnicas e profissionais executadas pelo médico veterinário ou por profissionais qualificados, requerendo conhecimento especializado e procedimentos específicos. Esse serviço consiste na administração adequada e segura do medicamento, seja de forma oral, injetável ou por fluidoterapia, observando a dose prescrita, o método de aplicação correto e o acompanhamento da resposta clínica do animal. Dessa forma, a aplicação não se limita ao simples fornecimento do medicamento, mas inclui a prestação de um serviço técnico especializado que agrega valor ao atendimento.

Por outro lado, a aquisição do medicamento caracteriza-se como a compra de um material de consumo, ou seja, um bem físico que pode ser armazenado,



entregue e utilizado posteriormente. A aquisição do medicamento, isoladamente, não contempla a sua aplicação adequada nem a garantia de que o tratamento será conduzido de forma técnica e segura. A aplicação é uma atividade operacionalmente distinta, pois envolve o uso do medicamento como parte de um procedimento veterinário, muitas vezes em situações críticas como emergências, internações ou tratamentos profiláticos.

Portanto, a aplicação do medicamento como serviço, objeto desta licitação, se diferencia da aquisição pelo fato de ser inseparável da execução do serviço veterinário e demandar habilidade técnica e acompanhamento especializado, enquanto a compra do medicamento se limita ao fornecimento do produto físico. Ao contratar o serviço de aplicação, a Administração assegura que a medicação será administrada com precisão e eficácia, garantindo a saúde e o bem-estar dos cães policiais, o que não seria alcançado apenas com a simples aquisição do material de consumo.

O principal objetivo dessa contratação é garantir a saúde e o bem-estar dos cães policiais, elementos indispensáveis à realização de diversas atividades de segurança pública. A justificativa encontra-se na relevância desses animais como ferramentas de trabalho que potencializam a capacidade operacional da PMPB, prevenindo perdas em situações críticas e promovendo maior segurança à população.

Adicionalmente, a contratação é necessária para assegurar a conformidade com as obrigações legais e éticas da administração pública em relação ao manejo de animais sob sua responsabilidade.

A contratação busca resolver problemas relacionados à ausência de suporte veterinário especializado disponível de forma permanente no âmbito interno da PMPB. Isso impacta negativamente a prontidão e a eficiência das operações conduzidas pelo CIPCães. Sob a perspectiva do interesse público, a medida atende à necessidade de manter os cães em condições ideais para o desempenho de suas funções, promovendo uma atuação policial mais eficaz e segura.

Outros órgãos de segurança pública têm realizado contratações similares, como é o caso de unidades policiais com cães da Polícia Federal, que também utilizam serviços especializados para a manutenção da saúde de seus cães operacionais, cuja contratação foi realizada, no ano de 2024, dos seguintes editais:

a. Edital nº 90004/2024 - 200354 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL – MS - Contratação de empresa para fornecimento de serviços continuados de tratador de animal – estética e banho e manutenção diária de canil sem dedicação exclusiva de mão-de-obra e serviços continuados de médico veterinário para assistência aos cães, para atender às demandas do Canil da Delegacia de Polícia Federal de Dourados-MS, a qual possui 2 (dois) cães de faro em atividade, conforme condições e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. - **Id contratação PNCP: 00394494000136-1- 000186/2024**

b. Edital nº 90002/2024 - 200354 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLÍCIA FEDERAL – MS - Contratação de empresa para fornecimento de serviços continuados de médico veterinário para assistência aos cães (CBO: 2233-05), para atender às demandas do Canil da Delegacia de Polícia Federal de Três Lagoas - MS, a qual possui 2 (dois) cães de faro em atividade. - **Id contratação PNCP: 00394494000136-1-000078/2024.**

Essas experiências reforçam a importância e a viabilidade dessa contratação, garantindo que a PMPB se alinhe às melhores práticas administrativas para o



manejo e cuidado de animais de serviço.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação de serviços continuados em clínica veterinária para atender às demandas do CIPCães (Companhia de Policiamento com Cães) da PMPB exige a observância de requisitos técnicos, legais e operacionais específicos, a fim de garantir que o serviço contratado atenda integralmente às necessidades da administração pública e esteja em conformidade com as normas vigentes.

Os requisitos da contratação incluem a observância de critérios de **sustentabilidade**, conforme as Normas Brasileiras (NBR) e demais legislações vigentes sobre resíduos sólidos e sustentabilidade ambiental. Os materiais utilizados nos serviços devem possuir embalagens recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis, priorizar o uso de mão de obra e matérias-primas locais, quando disponíveis, e estar livres de substâncias perigosas em concentrações superiores às recomendadas na diretiva **RoHS**, como mercúrio, chumbo, cádmio e outros. A comprovação do atendimento a esses critérios pode ser realizada por meio de licenças ambientais, certificados emitidos por órgãos competentes ou outros meios que atestem a conformidade do bem fornecido com as exigências estabelecidas. Além disso, exige-se que a clínica veterinária apresente um **Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS)**, conforme a Resolução CFMV nº 1.275/2019, e garanta o recolhimento adequado de resíduos hospitalares de acordo com a Resolução CFMV nº 1.015/2012.

No que se refere à **subcontratação**, é permitida parcialmente, até o limite de **50% do valor total do contrato**, sendo vedada para atividades principais, como consultas, procedimentos cirúrgicos e ambulatoriais, e a aplicação de medicamentos e suplementos. A subcontratação é restrita a serviços complementares, como análises clínicas laboratoriais, eletrocardiograma, ultrassonografia, radiografia e tratamento odontológico dos cães. Caso ocorra a extinção da subcontratada, a contratada deverá substituí-la em até **30 dias**, notificando o órgão contratante, sob pena de rescisão. Todas as subcontratações dependem de **autorização prévia** da Contratante, e a responsabilidade pela execução do objeto permanece integralmente com a empresa principal.

A **garantia de execução contratual** não será exigida, considerando a **natureza continuada e essencial** dos serviços veterinários e o **baixo risco de inadimplemento**, respaldado pelo perfil técnico das empresas habilitadas e pela previsibilidade das atividades envolvidas, como consultas, atendimentos e aplicação de medicamentos. Tal dispensa está alinhada ao artigo 96 da **Lei nº 14.133/2021**, que autoriza a não exigência quando o risco de inexecução é considerado baixo. A medida também visa evitar custos adicionais para a contratada, garantindo maior **economicidade e competitividade** no certame.

A vistoria prévia ao local de execução dos serviços é **opcional**, mas recomendada para garantir pleno conhecimento das condições contratuais. O agendamento pode ser realizado por **e-mail** ou **telefone**, com acompanhamento de um servidor designado. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal assegurando o conhecimento das peculiaridades do serviço, sem possibilidade de alegação futura de desconhecimento.

A execução do objeto contratado deve observar prazos e condições específicas, com início em até **10 dias** após a publicação do contrato. Os serviços



devem ser prestados na sede do Canil ou na clínica veterinária contratada, conforme a necessidade. Em casos de **emergência**, o atendimento deverá ser iniciado em até **30 minutos**, enquanto para situações de **urgência**, o prazo é de **2 horas**. Tratamentos vacinais e demais rotinas devem ser agendados com antecedência mínima de **72 horas**. A clínica veterinária é responsável por fornecer, ao final de cada atendimento, **prontuários assinados** e, mensalmente, relatórios detalhados contendo os serviços e materiais utilizados.

O **dimensionamento da proposta** deve incluir todos os custos associados aos serviços, como medicamentos, vacinas, suplementos e insumos necessários (algodão, materiais esterilizantes, agulhas, seringas, luvas, entre outros), e a cotação deve ser apresentada com o valor total e a lista individualizada do item cotado. A execução dos serviços deve observar as normas do **CFMV**, priorizando a eficiência e o bem-estar animal. A localização da clínica veterinária deve respeitar o limite de **50 km** em relação à sede do item. Por fim, a garantia dos serviços prestados seguirá as disposições do **Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)**.

A presente licitação se dará em 01 item. Como requisito básico, tem-se que só serão aceitas para concorrer clínicas que estão a, no máximo, **50 km de distância** do pelotão, a fim de garantir economia de deslocamento ao Estado e garantir atendimento rápido aos cães, resguardando sua saúde, conforme endereço a seguir:

Sediado na Rua Augusto José Couto de Farias, s/n, bairro Camboinha II, Cabedelo-PB;

A contratação será regida como um serviço contínuo, com pagamento mensal baseado na utilização efetiva dos serviços. Esse modelo permite a gestão eficiente e transparente dos recursos, promovendo economicidade e alinhamento às necessidades operacionais.

O presente formato contratual é essencial para resguardar a vida e a integridade dos cães policiais, que possuem alto valor agregado devido à rigorosa seleção e treinamento contínuo necessários para o cumprimento de suas funções. O modelo de contratação de clínicas veterinárias, com a oferta integrada de serviços e medicamentos, assegura tanto a assistência preventiva quanto os atendimentos de urgência e emergência, reduzindo os riscos aos quais os animais estão expostos, ademais, a aplicação de medicamentos é interdependente de procedimentos (principalmente cirúrgicos) pois é inviável que o animal seja medicado/anestesiado em uma clínica e tendo seu procedimento cirúrgico feito em outra. Além disso, essa modalidade representa uma solução econômica para o Estado, pois elimina a necessidade de investimento em infraestrutura, materiais e pessoal próprios que, considerando o efetivo reduzido de cães, seriam subutilizados. Por fim, este modelo garante atendimento igualitário, padronizado e eficiente para as três unidades da 2ª CIPCães distribuídas no Estado da Paraíba, assegurando a continuidade do trabalho essencial realizado por esses animais em prol da segurança pública.

Os requisitos técnicos incluem a necessidade de infraestrutura adequada por parte da clínica veterinária contratada. Devem ser disponibilizados consultórios equipados, laboratórios de diagnóstico, sala cirúrgica com equipamentos modernos e ambientes para internação, assegurando condições seguras e higiênicas para os procedimentos. O fornecedor deve contar com uma equipe composta por médicos veterinários registrados no conselho de classe.



Assinado com senha por [CPM91450] [SENHA] JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SOBRAL, [CPM53036] [SENHA] CARLOS MAGNO FONSECA DE SOUSA e [CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUZA em 02/10/2025 - 12:04hs.
Documento Nº: 8974754-935 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8974754-935>



CPMDIN202525317

Quanto aos requisitos legais, a contratação deve observar as disposições da Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação administrativa, além de regulamentos internos da PMPB e normas técnicas aplicáveis ao atendimento veterinário. Exemplos de legislações e normativos relevantes incluem:

- a. Decreto Federal nº 24.645 de 10 de julho de 1934 (Lei de Proteção aos Animais, bem como, o respeito à Declaração Universal dos Direitos dos Animais);
- b. Resolução do Conselho Federal de Medicina Veterinária- as CFMV nº 1275 de 25 de junho de 2019, que conceitua e estabelece condições para o funcionamento de Estabelecimentos Médico-Veterinários de atendimento a animais de estimação de pequeno porte e dá outras providências;
- c. Normas técnicas específicas sobre biossegurança e manejo de animais.

Requisitos temporais incluem a necessidade de início imediato dos serviços a partir da assinatura do contrato, com duração de 60 meses renováveis, considerando a continuidade e a essencialidade dos serviços. A execução deve ser alinhada com cronogramas previamente ajustados entre as partes.

A padronização das exigências é necessária para assegurar a qualidade uniforme dos serviços e preservar a integridade física e operacional dos cães. No entanto, essas especificações não devem restringir indevidamente a competitividade, sendo justificadas com base na complexidade e nos riscos envolvidos no cuidado de animais de trabalho.

Finalmente, serviços especializados como cirurgias ou terapias avançadas podem demandar a presença de profissionais específicos com formação complementar ou especializações reconhecidas. A fundamentação dessas exigências é pautada na necessidade de garantir a qualidade técnica dos procedimentos e minimizar riscos para os animais atendidos.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Com base nos requisitos técnicos e operacionais estabelecidos, foi realizado um levantamento de mercado para identificar potenciais fornecedores e soluções disponíveis que atendam às demandas do CIPCães da PMPB. Essa análise incluiu a identificação de clínicas veterinárias especializadas na região e a avaliação de prestadores de serviços que já atuam com demandas semelhantes em outros órgãos públicos e instituições privadas que utilizam cães de trabalho.

Os fornecedores identificados possuem infraestrutura especializada, como consultórios veterinários equipados, laboratórios de diagnóstico, salas de cirurgia e ambientes adequados para internação, além de equipes técnicas experientes em atendimento a cães de trabalho.

ALTERNATIVAS POSSÍVEIS

- a. Contratação de clínica veterinária especializada: Solução que garante o atendimento completo e contínuo às necessidades do CIPCães, com serviços técnicos qualificados e infraestrutura já instalada.
- b. Parceria com instituições acadêmicas: Contratação de serviços veterinários oferecidos por universidades da região que possuam clínicas-escola, podendo oferecer qualidade e menores custos.



c. Criação de serviço próprio de atendimento veterinário: Alternativa que implicaria a construção de uma clínica própria pela PMPB, viável apenas a longo prazo.

d. Contratação de startups de saúde animal: Inovação que pode complementar a solução contratada, mas não substituir a necessidade de infraestrutura clínica presencial.

AUDIÊNCIA PÚBLICA OU CONSULTA PÚBLICA

Considerando a natureza e a especificidade técnica dos serviços a serem contratados, bem como a realização de um levantamento de mercado abrangente que identificou fornecedores capacitados e alinhados com os requisitos estabelecidos, não se faz necessária a realização de audiência pública ou consulta pública. O mercado já apresenta alternativas consolidadas, sendo possível contratar diretamente com base nos critérios de avaliação apresentados no ETP.

JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA

A opção pela contratação de uma clínica veterinária especializada é justificada tanto sob o aspecto técnico quanto econômico:

Técnico: Garante a prestação de serviços especializados, com infraestrutura adequada e equipe capacitada, essencial para a saúde e operacionalidade dos cães policiais.

Econômico: A locação do serviço elimina os custos iniciais elevados e a manutenção permanente de uma estrutura própria, permitindo maior flexibilidade financeira e eficiência no uso de recursos públicos.

Além disso, a criação de uma clínica própria ou parcerias acadêmicas, embora viáveis, apresentam desafios operacionais e prazos de implantação mais longos. O uso de startups pode complementar as soluções contratadas, mas não atende à totalidade das demandas necessárias.

CUSTOS E BENEFÍCIOS DAS ALTERNATIVAS

De acordo com o artigo 44 da Lei nº 14.133/2021:

“Art. 44. Quando houver a possibilidade de compra ou de locação de bens, o estudo técnico preliminar deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa.”

O ETP analisou os custos e benefícios das alternativas. A contratação de uma clínica veterinária especializada é a mais vantajosa a curto e médio prazo, considerando a pronta disponibilidade de serviços, a relação custo-benefício e o atendimento imediato às demandas do CIPCAes.

CONCLUSÃO

No tocante ao levantamento de mercado e com base nos levantamentos realizados, conclui-se que a contratação de serviços continuados de clínica veterinária, sem a necessidade de audiência ou consulta pública, é a alternativa mais viável e alinhada às boas práticas de gestão pública. Esta solução atende de forma eficiente, econômica e célere às necessidades do CIPCAes da PMPB.



Assinado com senha por [CPM91450] [SENHA] JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SOBRAL, [CPM53036] [SENHA] CARLOS MAGNO FONSECA DE SOUSA e [CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUZA em 02/10/2025 - 12:04hs.
Documento Nº: 8974754-935 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8974754-935>



CPMDIN202525317

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução escolhida para atender às demandas do CIPCães (Companhia de Policiamento com Cães) da PMPB consiste na contratação de serviços continuados de clínica veterinária especializada. Esses serviços englobam consultas de rotina, exames diagnósticos, intervenções cirúrgicas, vacinação, acompanhamento nutricional, atendimento de emergência e suporte pós-operatório para os cães operacionais da unidade. A contratação será realizada por meio de processo licitatório, assegurando a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA

A escolha dessa solução baseia-se na análise técnica e econômica realizada no levantamento de mercado, considerando os seguintes aspectos:

Economicidade: A contratação de uma clínica terceirizada elimina a necessidade de altos investimentos iniciais em infraestrutura própria, equipamentos e pessoal especializado. O modelo permite diluir os custos ao longo do tempo, pagando apenas pelos serviços efetivamente utilizados.

Eficiência e Eficácia: A solução garante que os serviços sejam prestados por uma equipe de profissionais experientes e com infraestrutura moderna, atendendo prontamente às necessidades dos cães operacionais e evitando interrupções em suas atividades.

Sustentabilidade: A solução prioriza clínicas que sigam normas de descarte de resíduos biológicos, utilização racional de medicamentos e práticas ambientalmente responsáveis.

Padronização: A contratação centralizada de uma clínica veterinária especializada assegura a uniformidade no atendimento e nos cuidados com os animais, evitando inconsistências que poderiam ocorrer com múltiplos fornecedores.

ANÁLISE DAS SOLUÇÕES COMERCIAIS DESCARTADAS

a. Criação de estrutura própria:

Justificativa para descarte: Apesar de permitir maior controle direto dos serviços, a criação de uma estrutura veterinária interna demandaria altos custos iniciais em infraestrutura, equipamentos e treinamento de pessoal. Além disso, o tempo necessário para implantação inviabiliza sua utilização para atender às demandas atuais do CIPCães.

b. Parcerias com universidades:

Justificativa para descarte: Embora as universidades possam oferecer serviços veterinários de qualidade, muitas vezes não possuem disponibilidade contínua, o que é indispensável para atender emergências. Ademais, parcerias acadêmicas podem sofrer limitações devido a restrições institucionais ou variações na capacidade técnica.

c. Utilização de startups para serviços veterinários:

Justificativa para descarte: Startups podem ser uma alternativa complementar para monitoramento remoto ou tecnologias inovadoras, mas não possuem, na maioria dos casos, a infraestrutura clínica presencial necessária para atender às demandas abrangentes do CIPCães.

COMPARATIVO ENTRE MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

Na análise das alternativas possíveis para a contratação de serviços



Assinado com senha por [CPM91450] [SENHA] JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SOBRAL, [CPM53036] [SENHA] CARLOS MAGNO FONSECA DE SOUSA e [CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUZA em 02/10/2025 - 12:04hs.
Documento Nº: 8974754-935 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8974754-935>



CPMDIN202525317

continuados de clínica veterinária destinados ao CIPCães da PMPB, foram considerados os seguintes modelos: licitação, sistema de registro de preços (SRP), adesão a ata de registro de preços, dispensa de licitação e inexigibilidade de licitação. Cada uma dessas opções foi avaliada quanto à viabilidade técnica, econômica e jurídica, buscando identificar a solução mais vantajosa para a administração pública.

LICITAÇÃO

A licitação apresenta-se como o modelo mais vantajoso e adequado para esta contratação. Trata-se do procedimento padrão para assegurar competitividade, transparência e isonomia entre os interessados, além de garantir que a contratação atenda ao princípio da eficiência, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.

Vantagens: Promove ampla concorrência e possibilita a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, considerando qualidade e preço. Assegura maior segurança jurídica e alinhamento com os princípios da legalidade, impessoalidade e eficiência.

Desvantagens: Exige um prazo maior para sua realização em relação a outras modalidades.

REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

O sistema de registro de preços permite que a administração registre preços de fornecedores selecionados via licitação e contrate os serviços à medida que as demandas surgem.

Vantagens: Flexibilidade na contratação e agilidade em compras ou serviços recorrentes. É uma alternativa interessante para demandas contínuas, mas somente quando as quantidades e periodicidade são incertas.

Desvantagens: A necessidade de contratos de longo prazo pode limitar a eficiência do SRP, considerando que a gestão direta de cada execução contratual ainda demandará esforço administrativo.

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A adesão consiste em utilizar uma ata de registro de preços firmada por outro órgão público (o chamado "carona").

Vantagens: Agilidade no atendimento da demanda, evitando a necessidade de realizar uma nova licitação.

Desvantagens: Depende da existência de uma ata compatível e de fornecedores dispostos a atender. Além disso, pode gerar questionamentos quanto à economicidade e ao alinhamento com as especificidades do objeto contratado.

DISPENSA DE LICITAÇÃO

A dispensa de licitação pode ser utilizada em casos de urgência ou quando o valor da contratação se enquadra nos limites estabelecidos pela legislação (art. 75 da Lei nº 14.133/2021).

Vantagens: Procedimento rápido e adequado para situações emergenciais.

Desvantagens: Limitada a situações específicas. Não se aplica a contratações de grande vulto ou de caráter contínuo, como no caso em análise.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A inexigibilidade ocorre quando há inviabilidade de competição, como na contratação de fornecedor exclusivo (art. 74 da Lei nº 14.133/2021).



Assinado com senha por [CPM91450] [SENHA] JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SOBRAL, [CPM53036] [SENHA] CARLOS MAGNO FONSECA DE SOUSA e [CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUZA em 02/10/2025 - 12:04hs.
Documento Nº: 8974754-935 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8974754-935>



CPMDIN202525317

Vantagens: Permite a contratação direta quando não é possível realizar uma competição justa. Desvantagens: Não se aplica ao caso em questão, visto que o mercado apresenta várias clínicas aptas a prestar os serviços necessários.

JUSTIFICATIVA PELA OPÇÃO PELA LICITAÇÃO

A escolha da licitação como modalidade para esta contratação é a mais adequada considerando os seguintes fatores:

Competitividade: O processo licitatório permite a participação de diversos fornecedores, ampliando as possibilidades de obter a melhor proposta em termos de preço e qualidade.

Transparência: Assegura que a contratação seja realizada de forma pública e em conformidade com os princípios constitucionais.

Isonomia: Trata todos os interessados de forma equitativa, evitando privilégios ou favorecimentos.

Segurança Jurídica: A licitação garante que a administração esteja protegida contra questionamentos legais futuros, já que segue um procedimento formal e regulado.

Embora as outras alternativas tenham mérito em contextos específicos, para o caso dos serviços veterinários destinados ao CIPCães, a licitação se destaca como a modalidade mais vantajosa, assegurando qualidade, economicidade e conformidade com os objetivos da administração pública.

SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Com base nos fatores analisados, a contratação de serviços continuados em clínica veterinária especializada, por meio de processo licitatório, representa a melhor solução. Ela atende plenamente às necessidades identificadas de maneira eficiente, econômica e sustentável, além de estar alinhada aos princípios da administração pública. Essa escolha assegura a disponibilidade imediata de serviços veterinários de alta qualidade, promovendo a saúde e o bem-estar dos cães policiais e garantindo a continuidade das operações do CIPCães.

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A solução escolhida para atender às demandas do CIPCães da PMPB baseia-se na análise de dados históricos da contratação anterior realizada por dispensa de licitação, considerando a natureza dos serviços e a frequência com que foram requisitados. A estimativa de serviços necessários para o novo contrato foi fundamentada em relatórios da demanda do período anterior e ajustada com base nas projeções de crescimento das operações e aumento no efetivo de cães operacionais. Os serviços estimados incluem consultas veterinárias de rotina, atendimentos de emergência, exames laboratoriais e de imagem, intervenções cirúrgicas, vacinação, desparasitação e acompanhamento nutricional.

O método utilizado para definir as estimativas consistiu na análise crítica dos registros históricos da contratação anterior, complementada por uma projeção de aumento de 15% no volume de atendimentos, justificada pela intensificação prevista das operações policiais e pela inclusão de novos cães no efetivo. Esse percentual foi calculado com base nas tendências observadas nos últimos anos e validado com especialistas técnicos da área veterinária. A memória de cálculo que fundamenta essas projeções em quadro abaixo, consolidando os registros da



Assinado com senha por [CPM91450] [SENHA] JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SOBRAL, [CPM53036] [SENHA] CARLOS MAGNO FONSECA DE SOUSA e [CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUZA em 02/10/2025 - 12:04hs.
Documento Nº: 8974754-935 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8974754-935>



CPMDIN202525317

contratação anterior e os ajustes necessários para o novo período contratual e a discriminação dos serviços prestados encontra-se em anexo I a este Estudo.

A análise crítica dos quantitativos indicou que as quantidades estimadas estão adequadas para atender à demanda projetada, incluindo uma margem de segurança que evita tanto a contratação desnecessária de serviços quanto o desperdício de recursos. Não há, no momento, necessidade de contratar quantidades superiores às estimadas, pois as projeções ajustadas contemplam variações sazonais e possíveis imprevistos. No entanto, eventos futuros, como o aumento significativo do efetivo de cães ou alterações no perfil das operações, podem exigir revisões contratuais.

A solução representa o menor dispêndio possível, pois é baseada em dados reais e incorpora uma projeção ajustada que evita excessos ou insuficiências. Além disso, ela mantém o alinhamento com os princípios de economicidade e eficiência, ao passo que considera a relação custo-benefício ao planejar a contratação de forma preventiva e ajustada à realidade operacional do CIPCães.

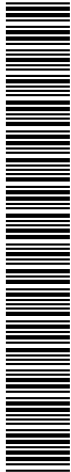
ITEM	2022	2023	2024	JUSTIFICATIVA
Serviço de clínica veterinária com serviço de aplicação de medicamentos	0	1	1	A contratação prevê o serviço de clínica veterinária com aplicação de medicamentos como serviço de caráter contínuo tendo em vista a sua característica de fornecer atendimento aos animais do CIPCães

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de mercado e análise detalhada dos custos envolvidos, utilizando informações obtidas a partir de cotações realizadas junto a fornecedores qualificados e dados históricos da contratação anterior. O levantamento considerou as variações possíveis nos preços, conforme localização, volume demandado e fatores econômicos externos, como inflação e custo de insumos.

Para a formação dos preços unitários referenciais, foram consultadas clínicas veterinárias especializadas da região, selecionadas por sua capacidade técnica e infraestrutura compatível com as exigências do CIPCães. As cotações foram ajustadas com base nos custos médios de mercado, considerando um aumento projetado de demanda de 15% em relação ao período anterior. Essa projeção reflete o crescimento esperado no efetivo de cães operacionais e o consequente aumento na utilização dos serviços.

A análise econômica aponta que a solução escolhida apresenta clara vantagem em relação às alternativas avaliadas. A contratação por licitação permite maior competitividade, promovendo a obtenção do melhor preço para o conjunto de serviços. Em comparação, soluções como a criação de uma estrutura própria, além de apresentarem custos iniciais significativamente maiores, envolveriam despesas contínuas com manutenção e gestão, impactando negativamente a economicidade do processo. Da mesma forma, a adesão a atas de registro de preços ou a utilização de startups não atendem integralmente às necessidades técnicas e operacionais do CIPCães, tornando a licitação a alternativa mais vantajosa.



Portanto, o valor estimado da contratação é de **R\$861.530,00 (OITOCENTOS E SESENTA E UM MIL QUINHENTOS E TRINTA REAIS)** e reflete uma combinação de critérios técnicos e econômicos que asseguram a qualidade, eficiência e economicidade, além de estarem alinhados aos princípios da administração pública. As estimativas a serem contratadas estão disponíveis no anexo I, que discrimina detalhadamente os preços unitários referenciais utilizados nesta estimativa.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A contratação será realizada por meio da contratação em um item único, definidos de acordo com a localidade do canil da PMPB, situado em Cabedelo.

Tecnicamente, a dimensão da localidade assegura agilidade nos atendimentos, especialmente em situações emergenciais, ao reduzir deslocamentos e possibilitar resposta imediata às necessidades dos cães policiais. Clínicas próximas às unidades podem prestar os serviços de forma mais rápida e eficiente, garantindo continuidade e qualidade no atendimento. Sob a ótica econômica, a contratação por item representa uma estratégia vantajosa, pois permite maior participação de fornecedores locais, reduzindo custos operacionais sem comprometer a eficiência da contratação. Apesar da interdependência entre os serviços – como consultas, cirurgias, aplicação de medicamentos e exames –, um único item mantém a integração necessária para a prestação adequada e contínua dos atendimentos.

No aspecto mercadológico, a contratação por item com diversos serviços inclusos amplia a competitividade, permitindo que clínicas regionais de menor porte concorram no certame. Isso favorece a participação de mais fornecedores qualificados e possibilita a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

Dessa forma, o parcelamento do objeto licitatório em item é justificado pela necessidade de viabilidade técnica, econômica e mercadológica, promovendo eficiência, economicidade e ampliação da concorrência, garantindo a prestação de serviços veterinários com qualidade e celeridade para os cães da PMPB.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não haverá contratações correlatas ou interdependentes.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente necessidade se encontra aprovada no Plano de Contratações Anual da PMPB - 2024, exercício 2025, de acordo com o que preceitua o inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21, coadunando com o planejamento setorial e, conseguinte, institucional a respeito das aquisições e contratações atinentes ao período anual em comento.



Assinado com senha por [CPM91450] [SENHA] JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SOBRAL, [CPM53036] [SENHA] CARLOS MAGNO FONSECA DE SOUSA e [CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUZA em 02/10/2025 - 12:04hs.
Documento Nº: 8974754-935 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8974754-935>



CPMDIN202525317

11. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A solução proposta visa garantir a prestação contínua e eficiente dos serviços veterinários aos cães policiais do canil da PMPB, com foco em resultados qualitativos e quantitativos. O principal objetivo é assegurar a saúde, o bem-estar e a plena capacidade operacional dos cães, que desempenham papel essencial nas atividades da Polícia Militar.

Em termos de economicidade, a contratação em um item com diversos serviços, promove otimização dos recursos financeiros ao reduzir os custos com deslocamento e tempo de resposta do que se teria caso fossem realizadas contratações em diversas clínicas por serviço, permitindo que clínicas locais prestem os serviços de forma mais ágil e eficiente. O parcelamento também amplia a competitividade entre os licitantes, resultando em propostas mais vantajosas e adequadas às necessidades da Administração Pública.

O melhor aproveitamento dos recursos materiais e humanos será alcançado pela execução dos serviços em conformidade com normas técnicas e regulatórias, garantindo o uso adequado de insumos e medicamentos. A interdependência dos serviços – consultas, procedimentos, aplicação de medicamentos e exames complementares – assegura um atendimento integrado e eficiente, reduzindo retrabalhos e melhorando a qualidade dos cuidados prestados.

Além disso, a exigência de relatórios mensais e prontuários assinados permitirá um rigoroso acompanhamento da execução contratual, possibilitando o controle detalhado dos serviços prestados e dos materiais utilizados. Essa medida garante transparência e eficiência na gestão dos recursos, facilitando a fiscalização e a prestação de contas.

Como resultado, espera-se:

- a. Redução de custos operacionais e melhor uso do orçamento público.
- b. Rapidez no atendimento, especialmente em emergências e urgências.
- c. Qualidade e continuidade nos serviços de saúde veterinária, fundamentais para a manutenção da capacidade operacional dos cães.
- d. Maior controle e transparência na execução dos serviços contratados.
- e. Dessa forma, a solução proposta atende plenamente aos princípios da economicidade, eficiência e eficácia, promovendo o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e garantindo os resultados pretendidos pela Administração Pública.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Elencar as providências que devem ser tomadas antes da celebração do contrato, como preparativos técnicos, administrativos e de capacitação.

Previamente à celebração do contrato, podem ser necessárias providências tais como: adaptações no ambiente do órgão ou da Unidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.

Para garantir a correta execução do contrato e a eficiência na prestação dos serviços, a Administração deverá adotar providências específicas previamente à sua celebração. Essas medidas abrangem aspectos técnicos, administrativos e operacionais, visando assegurar a regularidade e a efetividade do contrato.



1. Designação da Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato

A Administração deverá formalizar a nomeação dos responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, garantindo que os servidores designados possuam conhecimento técnico e normativo para acompanhar sua execução. Para tanto, será necessário:

- Publicação de portaria ou ato administrativo designando os fiscais e gestores do contrato;
- Capacitação da equipe responsável sobre os procedimentos de fiscalização, registro de ocorrências, gestão de riscos e aplicação de penalidades, conforme a legislação vigente e normativos internos;
- Definição de um fluxo de comunicação entre a Administração e a empresa contratada, visando a rápida identificação e solução de eventuais problemas na execução dos serviços.

2. Adequação Administrativa e Documental

- Verificação da necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações exigidas para a execução dos serviços, como registros em conselhos profissionais e certificações junto a órgãos reguladores;
- Organização dos processos internos para viabilizar a execução contratual, incluindo fluxos de pagamento, procedimentos de fiscalização e mecanismos de prorrogação contratual, quando aplicável.

3. Preparação dos Ambientes e Infraestrutura

A depender da natureza dos serviços contratados, a Administração deverá garantir que os espaços físicos e os recursos necessários estejam adequados para a correta execução do contrato. Para isso, poderão ser adotadas medidas como:

- Avaliação da necessidade de adaptações nas instalações do órgão ou das unidades beneficiadas para adequação aos requisitos técnicos do serviço contratado;
- Revisão da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, garantindo que os sistemas administrativos estejam preparados para o acompanhamento e fiscalização do contrato.

4. Articulação com as Unidades Envolvidas

A execução do contrato poderá envolver múltiplas unidades administrativas ou operacionais, exigindo um alinhamento prévio entre os setores impactados. Nesse sentido, recomenda-se:

- Realização de reuniões de planejamento com as unidades envolvidas, a fim de esclarecer a operacionalização do contrato e definir os protocolos internos;
- Elaboração de um manual de procedimentos internos, consolidando as diretrizes para a prestação dos serviços e os critérios de acompanhamento e fiscalização;
- Estabelecimento de um canal de comunicação direto entre a Administração e a contratada, permitindo ajustes operacionais e resolução ágil de dúvidas e ocorrências.

A adoção dessas providências pela Administração garantirá a regularidade, a eficiência e a economicidade da contratação, mitigando riscos e assegurando o cumprimento dos princípios da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos



(Lei nº 14.133/2021).

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A contratação dos serviços de clínica veterinária pode gerar impactos ambientais relacionados principalmente ao descarte inadequado de resíduos sólidos e hospitalares, bem como ao consumo de insumos, energia e outros recursos necessários para a execução dos serviços. Esses impactos incluem a geração de materiais como agulhas, seringas, embalagens de medicamentos, resíduos biológicos e demais itens descartáveis utilizados durante os atendimentos e procedimentos veterinários.

Para mitigar esses impactos, serão adotadas medidas preventivas e corretivas com base nas normas vigentes de gestão ambiental. Os resíduos hospitalares deverão ser descartados de forma adequada, em conformidade com a Resolução CFMV nº 1.015/2012 e o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), exigido das clínicas participantes. Esse plano visa garantir o tratamento, acondicionamento, coleta e destinação final dos resíduos de maneira segura e ambientalmente correta, minimizando riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

Além disso, será exigido o uso de materiais sustentáveis e de menor impacto ambiental, como embalagens recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis para os produtos aplicados, sempre que disponíveis no mercado. A logística reversa deverá ser adotada, quando aplicável, especialmente no caso de embalagens de medicamentos, resíduos químicos e materiais utilizados, garantindo o retorno desses itens à cadeia produtiva ou sua destinação para reciclagem.

O consumo de energia e outros recursos, como água, será controlado por meio da adoção de práticas de eficiência energética e uso consciente dos insumos, conforme boas práticas sustentáveis recomendadas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. As medidas incluem, por exemplo, o uso racional de equipamentos e a redução de desperdícios durante os procedimentos e atendimentos.

Dessa forma, a contratação foi planejada para minimizar os possíveis impactos ambientais por meio de gestão adequada dos resíduos, uso de materiais sustentáveis e aplicação de práticas que priorizam a eficiência no consumo de recursos, assegurando o cumprimento das normas ambientais e promovendo a sustentabilidade ao longo da execução contratual.

14. POSICIONAMENTO SOBRE ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação dos serviços de clínica veterinária para o atendimento dos cães da PMPB é plenamente viável do ponto de vista técnico, operacional e financeiro, conforme demonstrado nas análises realizadas.

Tecnicamente, a contratação é fundamentada na necessidade de garantir a saúde, o bem-estar e a capacidade operacional dos cães, que desempenham funções essenciais nas atividades da Polícia Militar. Os serviços incluem consultas, procedimentos clínicos e cirúrgicos, aplicação de medicamentos, vacinas e suplementos, além de exames complementares, todos interdependentes e indispensáveis para a execução adequada do objeto.



Assinado com senha por [CPM91450] [SENHA] JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SOBRAL, [CPM53036] [SENHA] CARLOS MAGNO FONSECA DE SOUSA e [CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUZA em 02/10/2025 - 12:04hs.
Documento Nº: 8974754-935 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8974754-935>



CPMDIN202525317

Do ponto de vista operacional, a solução proposta viabiliza o atendimento prioritário aos cães policiais, respeitando as necessidades específicas do serviço e garantindo o acompanhamento contínuo por profissionais qualificados. A exigência de relatórios mensais, prontuários assinados e a disponibilidade da clínica em horários emergenciais asseguram controle rigoroso e qualidade na prestação dos serviços.

Financeiramente, a contratação se mostra vantajosa ao promover a competitividade entre as clínicas regionais, o que possibilita propostas mais econômicas e otimizadas. A contratação atende ao princípio da economicidade, ao mesmo tempo em que facilita o acesso de fornecedores locais, reduzindo custos operacionais como deslocamento e tempo de resposta. Ademais, a dispensa de garantia de execução está alinhada ao baixo risco de inadimplemento, considerando a qualificação técnica exigida na habilitação, o que evita custos adicionais e amplia a participação no certame.

Portanto, com base nos dados e análises apresentados, a contratação é tecnicamente necessária, operacionalmente viável e financeiramente vantajosa, garantindo a continuidade dos serviços veterinários essenciais e atendendo plenamente aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

15. ANEXOS

Anexo I: Lista de procedimentos a serem executados.

Cabeledo-PB, data da assinatura eletrônica.

Histórico de versões:

Criado em: 26.10.2024

Modificado em: 20.12.2024

Modificado em: 26.01.2025

Modificado em: 17.03.2025

Modificado em: 22.09.2025

JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SOBRAL – MAJ PM QOEM

Responsável pela elaboração

Matrícula 525.295-4

CARLOS MAGNO FONSECA DE SOUSA – CEL PM QOEM

Comandante do CPCHOQUE

Matrícula 520.622-7



Assinado com senha por [CPM91450] [SENHA] JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SOBRAL, [CPM53036] [SENHA] CARLOS MAGNO FONSECA DE SOUSA e [CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUSA em 02/10/2025 - 12:04hs.
Documento Nº: 8974754-935 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8974754-935>



CPMDIN202525317

Aprovado por:

SÉRGIO FONSECA DE SOUZA – CEL PM QOEM
Comandante-Geral da PMPB
Matrícula 520.650-2



Assinado com senha por [CPM91450] [SENHA] JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SOBRAL, [CPM53036]
[SENHA] CARLOS MAGNO FONSECA DE SOUSA e [CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE
SOUZA em 02/10/2025 - 12:04hs.
Documento Nº: 8974754-935 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8974754-935>



CPMDIN202525317

ANEXO I - ITENS E VALORES DO SERVIÇOS**PROCESSO Nº 15.000.000159.2024****OBJETO DA CONTRATAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA VETERINÁRIA COM SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE
MEDICAMENTOS**

CONSULTAS					
DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL	VALOR TOTAL (5 ANOS)
Consulta Geral	40	Und.	R\$ 140,00	R\$ 5600,00	R\$ 28000,00
Consulta Especializada (dentro dessas especializadas de dermatológica, neurológica, ortopédica, oncológica, oftalmológica e endocrinológica)	15	Und.	R\$ 230,00	R\$ 3450,00	R\$ 17250,00
TOTAL				R\$ 9050,00	R\$ 45250,00
EXAMES HEMATOLÓGICOS, BIOQUÍMICOS, SEDIMENTOSCOPIA E SOROLOGIAS					
Hemograma completo com Pesquisa de hematozoário	40	Und.	R\$ 65,00	R\$ 2600,00	R\$ 13000,00
Creatinina	18	Und.	R\$40,00	R\$720,00	R\$ 3600,00
Ureia	18	Und.	R\$40,00	R\$720,00	R\$ 3600,00
Alanina Aminotransferase (ALT)	18	Und.	R\$40,00	R\$720,00	R\$ 3600,00
Fosfatase alcalina (FA)	18	Und.	R\$40,00	R\$720,00	R\$ 3600,00
Glicemia capilar	18	Und.	R\$40,00	R\$720,00	R\$ 3600,00
Proteínas totais e frações (Globulina eAlbumina)	18	Und.	R\$60,00	R\$1080,00	R\$ 5400,00
Colesterol	12	Und.	R\$40,00	R\$480,00	R\$ 2400,00
Triglicerídeos	12	Und.	R\$40,00	R\$480,00	R\$ 2400,00
Urinalise	12	Und.	R\$65,00	R\$780,00	R\$ 3900,00



CPMDIN202525317

Relação Proteína/Creatinina Urinária (RPCU)	4	Und.	R\$60,00	R\$240,00	R\$ 1200,00
Coproparasitológico	12	Und.	R\$60,00	R\$720,00	R\$ 9000,00
Sorologia de Leishmaniose com diluição total	18	Und.	R\$200,00	R\$ 3600,00	R\$ 18000,00
4DX (Layme, Erliquiose, Dirofilariose, Anaplasma)	12	Und.	R\$220,00	R\$ 2640,00	R\$ 13200,00
TOTAL				R\$16220,00	R\$ 81100,00
PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E AMBULATORIAIS					
Microchipagem	20	Und.	R\$150,00	R\$3000,00	R\$ 15000,00
Sutura de ferimentos sem anestesia	4	Und.	R\$200,00	R\$800,00	R\$ 2000,00
Limpeza periodontal com extração dentária até 40kg	12	Und.	R\$820,00	R\$9840,00	R\$ 24600,00
Cesariana cadela até 40kg	2	Und.	R\$1.250,00	R\$2500,00	R\$ 6250,00
Piometra até 40 kg	2	Und.	R\$1.200,00	R\$2400,00	R\$ 6000,00
Mastectomia unilateral até 40 kg	2	Und.	R\$1.400,00	R\$2800,00	R\$ 14000,00
Orquiectomia até 40 kg	3	Und.	R\$600,00	R\$1800,00	R\$ 9000,00
Nodullectomia até 40kg	2	Und.	R\$650,00	R\$1300,00	R\$ 3250,00
Ovariohisterectomia até 40kg	5	Und.	R\$1.050,00	R\$5250,00	R\$ 15750,00
Internação 24 horas até 40 kg sem medicações	40	Dias	R\$220,00	R\$ 8800,00	R\$ 22000,00
TOTAL				R\$ 38490,00	R\$ 192450,00
PROCEDIMENTOS ANESTÉSICOS					
Sedação até 40kg	10	Und.	R\$330,00	R\$3300,00	R\$ 9900,00
Anestesia inalatória até 40 kg	20	Und.	R\$600,00	R\$12000,00	R\$ 60000,00
TOTAL				R\$15300,00	R\$ 76500,00
EXAMES DE IMAGEM					
RX (por cada 2 ou 3 projeções)	6	Und.	R\$220,00	R\$1320,00	R\$ 6600,00
Estudo radiográfico (pelve e coluna) sedação cobrada a parte	3	Und.	R\$300,00	R\$900,00	R\$ 4500,00
Ultrassonografia abdominal	9	Und.	R\$180,00	R\$1620,00	R\$ 8100,00
Eletrocardiograma	9	Und.	R\$180,00	R\$1620,00	R\$ 8100,00



Ecocardiograma	6	Und.	R\$220,00	R\$1320,00	R\$ 6600,00
TOTAL				R\$ 6.780,00	R\$ 33.900,00
SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS E FLUIDOTERAPIA					
Aplicações de medicamentos (Analgésicos e opióides) tais como: Dipirona, Buscopan, Tramadol, Morfina, Metadona, Fentanil, até 40 kg (Valor da dose aplicada)	20	Und.	R\$75,00	R\$1500,00	R\$ 7500,00
Aplicações de medicamentos (antiinflamatórios, tais como: Dexametasona, Metilprednisolona, Meloxicam, Carprofeno, Robenacoxibe) até 40 kg (Valor da dose aplicada)	20	Und.	R\$95,00	R\$ 1900,00	R\$9500,00
Aplicações de medicamentos (Antibióticos, Sulfametoxazol + Trimetoprima, Cefalotina, Enrofloxacin, Amoxicilina), até 40 kg. (Valor da dose aplicada)	10	Und.	R\$85,00	R\$850,00	R\$ 4250,00
Aplicações de medicamentos antieméticos (Ondasentrona, cerenia), até 40 kg. (Valor da dose aplicada)	10	Und.	R\$155,00	R\$1550,00	R\$ 7750,00
Aplicação de fluidoterapia com soro ringuer com lactato, frasco ampola contendo 500 ml de solução, sem medicações.	20	Und.	R\$95,00	R\$1900,00	R\$9500,00
Aplicação de vitaminas (Complex B, Bionew, Ornitil), até 40kg. (Valor da dose aplicada)	10	Und.	R\$85,00	R\$850,00	R\$4250,00
TOTAL				R\$8.550,00	R\$ 42.750,00
SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE VACINAS PARA CONTROLE DE DOENÇAS VIRAIS, BACTERIANAS E ZOONÓTICAS					
Vacina multiviral contendo cepas contracinomose canina, da hepatite infecciosa canina (causada pelo Adenovírus canino Tipo 1), de doença respiratória (causada pelo Adenovírus canino Tipo 2), da parainfluenza canina, da coronavirose canina, parvovirose canina e das leptospiroses causadas pela Leptospira canicola, L. grippotyphosa, L. icterohaemorrhagiae e L. Pomona, apresentação frasco ampola 1 ml.	60	Und.	R\$100,00	R\$6000,00	R\$ 30000,00
Vírus da raiva inativado, apresentação frasco ampola 1 ml.	40	Und.	R\$70,00	R\$2800,00	R\$ 14000,00



Vacina inativada contra bactéria Bordetella bronchiseptica, injetável, apresentação frascoampola 1 ml.	40	Und.	R\$95,00	R\$3800,00	R\$19000,00
TOTAL				R\$12.600,00	R\$63.000,00
SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE APLICAÇÃO DE MEDICAÇÕES / SUPLEMENTAÇÕES DE PROFILAXIA					
Vermífugo para cães 30 kg a base de Febantel 450,0 mg, Pirantel 432,0 mg, Praziquantel 150,0 mg, Ivermectina 0,18 mg, Excipiente q.s.p. 3000,0 mg, caixa com duas drágeas.	50	CX	R\$ 102,00	R\$5.100,00	R\$ 25500,00
Vermífugo para cães 10 kg a base de Febantel 150,0 mg, Pirantel 432,0 mg, Praziquantel 50,0 mg, Ivermectina 0,06 mg, Excipiente q.s.p. 1000,0 mg, caixa com quatro comprimidos.	25	CX	R\$ 85,00	R\$2.125,00	R\$ 10625,00
Antitóxico para cães a base de Acetilmetionina 1,5g, Colina (cloreto) 1g, Riboflavina (fosfato) 1mg, Extrato fluido de alcachofra 5ml q.s.p. 100 mL, frascos contendo 20 ml	10	FR	R\$ 30,00	R\$300,00	R\$ 1500,00
Comprimidos a base de Fluralaner 1000 mg, de 20 a 40 kg, caixa com um comprimido.	100	CX	R\$ 386,00	R\$38.600,00	R\$193000,00
Comprimidos a base de Fluralaner 500 mg, de 10 a 20 kg, caixa com um comprimido	15	CX	R\$ 302,00	R\$4.530,00	R\$22650,00
Comprimidos a base de Doxiciclina 200 mg, caixa contendo 24 comprimidos.	20	CX	R\$ 172,00	R\$3440,00	R\$17200,00
Comprimidos a base de Enrofloxacin 200mg, caixa com 10 comprimidos	10	CX	R\$ 92,00	R\$ 920,00	R\$4600,00
Comprimidos a base de Omeprazol 20 mg, caixa com 10 comprimidos	10	CX	R\$ 45,00	R\$ 450,00	R\$2250,00
Comprimidos a base de Prednisolona 20 mg, caixa com 10 comprimidos.	20	CX	R\$ 65,00	R\$1300,00	R\$6500,00
Cápsulas gelatinosas de Omega 3 1500 mg, caixa com 30 cápsulas	10	CX	R\$ 162,00	R\$1.620,00	R\$8100,00





GOVERNO DA PARAÍBA

Pó a base de Carvão Ativado 40 g, Zeolita 40g, Caolim 10 g, Pectina 10 g, sachê com 8 gramas	10	UND	R\$ 29,00	R\$ 290,00	R\$1450,00
Polivitaminico a base de Aditivo Flavorizante 1.000 mg/kg, Arginina (mín.) 33 g/kg, Cistina(mín.), 6.000 mg/kg, Colina (mín.)10 g/kg, Glicina (mín.) 40 g/kg, Histidina (mín.) 12 g/kg, Isoleucina (mín.) 19 g/kg, Leucina (mín.) 36 g/kg Lisina (mín.) 58 g/kg, Metionina (mín.) 31,9 g/kg, Prolina (mín.) 23g/kg, Proteína Bruta (mín.) 260 g/kg, Serina (mín.) 23 g/kg, Tirosina (mín.) 13 g/kg, Treonina (mín.) 46,4 g/kg, Triptofano (mín.) 12,7 g/kg, Valina (mín.) 19 g/kg, sachê com 250 gramas	24	UND	R\$ 78,00	R\$1872,00	R\$9360,00
Polivitaminico a base de Ácido Aspártico (mín.)3.839 mg, Ácido Glutâmico(mín.)6.972 mg, Alanina (mín.)6.032 mg ,Arginina (mín.)3.447 mg, Betaína(mín.)11,02 g, Cisteína (mín.)251 mg, Fenilalanina (mín.)1.567 mg, Glicina (mín.)16,686 g, Hidroxiprolina (mín.)5.484mg, Histidina (mín.)783 mg, Isoleucina (mín.)1.018 mg, L-Carnitina (mín.)12,007 g, Glutamina (mín.)6.636 mg, Leucina(mín.)2.350 mg, Lisina (mín.)15,261 g, Metionina (mín.)16,536 g, Prolina (mín.)9.166 mg, Serina (mín.)1.175 mg, Taurina (mín.)5.306 mg, Tirosina (mín.)862 mg, Treonina (mín.)666 mg, Triptofano (mín.)188 mg, Valina (mín.)1.723 mg, Nucleotídeos (mín.)26,33 mg, Cinarina (mín.)4,29 mg, Extrato de Alcachofra(mín.)805,7 mg, Ácido Nicotínico(mín.)1.822 mg, Colina (mín.)15,376 glnositol (mín.)392 mg, Pantotenato de Cálcio (mín.)1.604 mg, Vitamina B1 (mín.)2.063 mg, Vitamina B12 (mín.)16.056 mcg, Vitamina B6 (mín.)1.680 mg, Vitamina C (mín.)2.245 mg, Frutose (mín.)9.800 mg, Maltodextrina (mín.)34,959 g, Glicose (mín.)201,953 g, frasco contendo 30 comprimidos	24	UND	R\$ 92,00	R\$2.208,00	R\$11040,00



Assinado com senha por [CPM91450] [SENHA] JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SOBRAL, [CPM53036] [SENHA] CARLOS MAGNO FONSECA DE SOUSA e [CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUZA em 02/10/2025 - 12:04hs.
Documento Nº: 8974754-935 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8974754-935>



CPM/DIN202525317

Fração F(ab') ₂ de imunoglobulinas que neutralizam no mínimo 50 mg do veneno de referência de Bothrops jararaca e 30 mg do veneno de referência de Lachesis muta (soroneutralização em camundongo) Fenol (máximo) 35 mg, Cloreto de sódio 85 mg, Água para injetáveis, frasco contendo 50ml.	2	FR	R\$ 138,00	R\$276,00	R\$1380,00
Comprimidos a base de Carprofeno 100 mg, caixa com 10 comprimidos.	10	CX	R\$ 158,00	R\$1580,00	R\$7900,00
Probiótico 13 ml com base de Ácido cítrico (mín.) 97 mg/kg; Ácido fólico (mín.) 456 mg/kg; Ácido glutâmico (mín.) 608 mg/kg; Arginina (mín.) 2.088 mg/kg; Bacillus subtilis (CCT 0089) (mín.) 9,6x10 ⁷ UFC/g; Bifidobacterium bifidum (DSM 20456)(mín.) 9,6x10 ⁷ UFC/g; Biotina (mín.) 254 mg/kg; Cobalto (mín.) 92 mg/kg; Cobre (mín.) 87 mg/kg; Colina (mín.) 564 mg/kg; Enterococcus faecium (CCT 6646) (mín.) 1,9x10 ⁸ UFC/g; Ferro (mín.) 813 mg/kg; Glutamina (mín.) 608 mg/kg; Inulina (mín.) 1.504 mg/kg; Iodo (mín.) 186 mg/kg; Lactobacillus acidophilus (CCT 2949) (mín.) 2,4x10 ⁸ UFC/g; Lactobacillus casei (CCT 1465) (mín.) 1,9x10 ⁸ UFC/g; Lactobacillus lactis (CCT 1344) (mín.) 1,4x10 ⁸ UFC/g; Lisina (mín.) 6.442 mg/kg; Manganês (mín.) 489 mg/kg; Metionina (mín.) 3.088 mg/kg; Niacina (mín.) 1.014 mg/kg; Saccharomyces cerevisiae (CBS 493.94) (mín.) 9,4x10 ⁷ UFC/g; Selênio (mín.) 45 mg/kg; Taurina (mín.) 11 g/kg; Treonina (mín.) 3.703 mg/kg; Triptofano (mín.) 1.019 mg/kg; Vitamina A (mín.) 5.600.000 UI/Kg; Vitamina B1 (mín.) 3.684 mg/kg; Vitamina B2 (mín.) 3.392 mg/kg; Vitamina B5 (mín.) 2.077 mg/kg; Vitamina B6 (mín.) 2.603 mg/kg; Vitamina B12 (mín.) 580 µg/kg; Vitamina C (mín.) 7.660 mg/kg; Vitamina D3 (mín.) 50.000 UI/kg; Vitamina E (mín.) 945 UI/kg; Zinco (mín.) 1.022 mg/kg	15	CX	R\$ 47,00	R\$705,00	R\$3525,00





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

TOTAL	R\$65.316,00	R\$326.580,00
TOTAL DA CONTRATAÇÃO	R\$172.306,00	R\$861.530,00



Assinado com senha por [CPM91450] [SENHA] JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SOBRAL, [CPM53036] [SENHA] CARLOS MAGNO FONSECA DE SOUSA e [CPM47487]
[SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUZA em 02/10/2025 - 12:04hs.
Documento Nº: 8974754-935 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8974754-935>



CPM/DIN202525317